



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTÍVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1741/03	DATA: 21/10/03
INÍCIO: 15h12min	TÉRMINO: 21h30min	DURAÇÃO: 03h18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h13min	PÁGINAS: 77	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo — UNICA

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados;
Há intervenções simultâneas ininteligíveis;
Há intervenções inaudíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta em duas oportunidades.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ordem do Dia. A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença dos Srs. Eduardo Pereira de Carvalho, Presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo — UNICA; Sócrates Nasser, Presidente da Açucareira Corona S/A; Otávio Junqueira Motta Luiz, Presidente da Usina Açucareira Guaíra Ltda.; Hermelindo Ruete de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração da COPERSUCAR; Antônio José Zillo, Conselheiro da COPERSUCAR; Hélio Cardoso Derenne, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária; e André Luiz Dias, proprietário de poços de combustíveis. Solicito ao Sr. Eduardo Pereira de Carvalho que tome assento à mesa e preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito a todos os Parlamentares que fiquem de pé para ouvir o juramento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sra. Presidenta, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, Deputado Rogério Silva

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Do setor alcooleiro há mais 3 ou 4 pessoas convocadas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Li a lista de todos os convocados. São os seguintes: Eduardo Pereira de Carvalho, Presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo — UNICA; Otávio Junqueira Motta Luiz, Presidente da Usina Açucareira Guaíra Ltda.; Hermelindo Ruete de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração da COPERSUCAR; Antônio José Zillo, Conselheiro da COPERSUCAR; Hélio Cardoso Derenne, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária, e André Luiz Dias, proprietário de postos de combustíveis. Essas são as pessoas convidadas para a audiência pública de hoje.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Gostaria de pedir à nobre Presidenta que incluísse, já em conjunto com o Sr. Eduardo, o Presidente do Conselho de Administração da COPERSUCAR e o Conselheiro da COPERSUCAR, para que pudessem ser tomadas as informações com eles juntos aqui à mesa.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A Mesa esclarece ao Deputado que eles foram convidados para esta reunião e até o momento ainda não compareceram. Estamos aguardando.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Quem está aqui então, Sra. Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Dr. Eduardo Pereira, da primeira parte da audiência pública.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sim, mas desses outros que estão convocados para hoje, quais estão presentes?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Otávio Junqueira, Hermelindo Ruete...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas eles já estão presentes?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - São horários diferentes, Deputado. Alguns já se encontram presentes. A partir das 16h30min, teremos outras audiências. Nós, como temos horários previamente marcados, temos que aguardar que as pessoas compareçam para informar direito a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Solicito aos Parlamentares que fiquem de pé para ouvir o juramento do Dr. Eduardo Pereira de Carvalho.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - *"Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado."*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O depoente tem direito de fazer uso da palavra por até 20 minutos. Indago se gostaria de fazer uso da palavra para algum esclarecimento.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sra. Presidenta, declino desse tempo que a Presidência me permite, uma vez que já fiz meu depoimento na semana passada, tendo respondido durante 2 horas às questões, de forma que eu me coloco à disposição desta Comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Nelson Moreira.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Quem é o autor desse requerimento?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Peço só um minuto para que os papéis sejam todos localizados. (*Pausa.*) Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Não é Eduardo, não?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não, é o Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Está bom. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A Mesa aguarda a lista de inscrições, uma vez que o depoente não fará uso da palavra. Consulto o Sr. Deputado Rogério Silva sobre se, como autor do requerimento, gostaria de fazer uso da palavra neste momento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Quero sim, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Estou assinando aqui porque eu tenho que assinar como o primeiro da lista.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com certeza, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sra. Presidenta, nobres colegas Deputados e Deputadas, o requerimento que eu fiz para que o Sr. Eduardo Pereira de Carvalho se fizesse presente novamente a esta CPI foi por causa de algumas coisas que a gente, dentro daquilo que ele falou na CPI passada, e, em algum momento, ele dizia representar o setor, com 92% filiados à UNICA, e, em algum momento, ele dizia que não podia falar sobre algumas questões do setor. Alguns trechos do que o Sr. Eduardo disse eu vou nominar aqui e, a partir daí, quero dirigir-lhe algumas perguntas no sentido de esclarecer algumas dúvidas que ficaram para esta CPI. O Sr. Eduardo, na sua fala inicial, quando veio à CPI, disse, em algumas palavras: *“Somos responsáveis pela representação institucional do setor”*. E, numa outra vez, assunto mais relevante para nós: *“Produtores de álcool não só em São Paulo, mas do Brasil”*. Mais tarde, ele vai e diz: *“Somos os maiores produtores de álcool etílico do mundo, com a produção de 13 bilhões e meio de litros”*. Na seqüência, ele diz o seguinte: *“Começamos a ver neste momento sinais*



muito importantes de uma retomada nova e moderna de um mercado para o álcool. Chegamos à produção de 10 bilhões de litros há 3 anos atrás e hoje já estamos com 13 bilhões e meio de litros e temos ainda capacidade ociosa nas nossas usinas para produzir mais de 3 bilhões. No interesse de manter o mercado ativo e promissor, estamos produzindo, este ano, 1 bilhão de litros a mais do que no ano passado para alimentar o mercado, que refloresce com a introdução de novos veículos movidos a álcool". "Há um ano e meio atrás", isso lá na frente, "decidiu por uma reforma importante no que diz respeito aos tributos do combustível, ao aprovar a Emenda nº 33, que criou a CIDE, e que possibilitou a uniformização das alíquotas do ICM, como prevê o item 33 da reforma constitucional. Infelizmente, até hoje tal item não foi regulamentado. E talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não houvesse medida mais importante a ser adotada para trabalhar em cima dessa regulamentação. Quem sou eu para sugerir aos senhores qual é a sua pauta de trabalho. Jamais ousaria fazer isso. Quero lembrar, no entanto, que as alíquotas de ICM são, certamente, a causa número 1, pelo menos no que diz respeito à comercialização do álcool hidratado. Explico: as usinas produzem o álcool e são obrigadas a vender o álcool combustível exclusivamente às empresas distribuidoras, assim qualificadas pela Agência Nacional do Petróleo. As usinas são proibidas de comercializar álcool combustível a não ser diretamente pelas distribuidoras assim qualificadas. Essas usinas vendem a preço FOB, ou seja, elas vendem o produto na porta de suas usinas aos compradores, nomeadamente distribuidoras de combustíveis, assim reguladas pela ANP. E, volto a repetir, a distorção mais conhecida é a distorção do destino, uma vez que o destino que esse álcool assume a partir da saída da usina é de responsabilidade da distribuidora. Ora, nós sabemos que uma parcela do álcool que se declara com destino para outros Estados finda sendo descarregada dentro do próprio Estado". Isto são declarações do Sr. Eduardo: "Ora, nós sabemos que uma parcela do álcool que se declara com destino para outros Estados finda sendo descarregada dentro do próprio Estado. E, como você tem uma alíquota múltipla de ICM, isso dá origem a uma forte sonegação fiscal. O ICM, em São Paulo, chega a 25%. Nos variados Estados, a moda é 25%. Mas há Estados que cobram até 30%. Outros, até 20% e 22%. Do álcool destinado a seus mercados internos, em São Paulo, do álcool destinado aos Estados do Centro-Sul do País, se cobram 12%. E o



álcool destinado”... — aqui quero chamar a atenção dos nobres colegas, ele dá destino ao álcool produzido em São Paulo da seguinte forma: “O álcool destinado ao Norte e Nordeste e Espírito Santo cobram-se 7%. É óbvio que qualquer mudança de destino de um caminhão desses dá origem a uma fortíssima diferença de recolhimento fiscal e, ainda mais, os álcoois para outros fins têm uma quarta alíquota, é a alíquota de 18% no caso de São Paulo, e o álcool anidro tem a figura do contribuinte substituto, e este álcool anidro recolhe o seu imposto na refinaria, que é o contribuinte substituto. Em recolhendo o imposto na refinaria, nós sabemos que este é dos álcoois o que menos sofre, se é que existe alguma sonegação fiscal”. Então, aqui mesmo, na sua declaração, ele mostra o ponto como se faz a sonegação, mostra a alíquota, como se usa esta alíquota nas diferentes regiões do País, e, de repente, do outro lado, ele se protege em alguma declaração. Assim, Sra. Presidenta, vai à frente, e ele diz em outro termo: “O anidro sai da usina, é vendido o anidro, cujo imposto de ICM foi postergado para ser recolhido pela refinaria”. E eu fui puxando parte da taquigrafia, que diz o seguinte: “Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero dizer que o sistema tributário faz com que haja uma forte indução de sonegação fiscal. A correção disso, nós, produtores de álcool e açúcar de São Paulo, estamos procurando, e há muito, resolver”. Então, vamos levantando, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, que ele declarou que sabe do que acontece com a sonegação fiscal, que sabe o trajeto e sabe como faz. E o requerimento nosso foi para que, através do conhecimento do Sr. Eduardo, ele venha esclarecer como é feita essa sonegação fiscal e o transporte desse combustível, de acordo com suas próprias declarações, na sua presença aqui. Indo à frente ainda, ele diz alguma coisa: “Eu estava em dúvida se comentaria”. Aliás, não foi ele que disse isso, mas é um assunto importante também para ser tratado aqui, logo lá na frente, quando se fala em 2 bilhões de sonegação do setor, 2 bilhões de impostos de sonegação do setor. Mais à frente, ele diz exatamente assim: “Quando eu descrevi o mecanismo de comercialização de álcool, eu fui bastante cuidadoso”. Olhem bem a expressão do Sr. Eduardo: “E fui cuidadoso pela responsabilidade que tenho de testemunhar perante esta Comissão, mas deixei claro que a regra de comercialização, imposta pela lei, obriga as usinas a venderem exclusivamente álcool combustível para os distribuidores de combustível. Portanto, qualquer ato que



não seja este é um ato ilegal. Cabe à fiscalização, eficiente ou não, coibir os atos ilegais, que eu não conheço, porque eles não me são apresentados". Mas, lá atrás, ele diz que conhece e sabe que existe a sonegação. Vamos mudando alguns pontos, que são importante salientar, porque, nas suas palavras, ele disse que a UNICA montou um grupo de auditores independentes para fiscalizar e auditar a cada 15 dias as usinas associadas da UNICA e que, num relatório interno que ele tem da UNICA, ele consegue ver uma diferença de menos de 0,5% de desvios contábeis. Isso declarações do Sr. Eduardo. Ele diz ainda: "Estas estatísticas existem, e é muito simples cotejar as informações de produção de venda de álcool de um lado e as estatísticas de compra e venda de álcool por parte das distribuidoras, inclusive com origem e destino, Estado por Estado. Isso seria absolutamente elementar", como disse. Então, aqui eu dei as justificativas dos meus requerimentos e gostaria de passar para algumas perguntas iniciais ao Sr. Eduardo. Primeiro, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Eduardo, porque, na outra reunião, na qual o senhor estava presente, o senhor disse que foi contratado pela UNICA e que é economista, para estar defendendo o setor. Corresponde a esta informação?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Presidenta, eu devo começar a responder direto às perguntas, ou não?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - É, a cada pergunta o senhor responda, por favor.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - A cada pergunta?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A cada pergunta.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sim, corresponde à verdade.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sim. E qual é o salário que o senhor ganha na UNICA?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu tenho um salário variável de acordo com resultados anuais que a gente possa obter. E não vou declarar o meu salário aqui, porque é uma informação privada.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Que tipo de dividendo a UNICA recebe dos seus associados?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Nenhum dividendo. A UNICA trabalha com um orçamento anual, aprovado pelo seu Conselho, recomendado pelo



Conselho e aprovado por sua Assembléia Geral. Esse orçamento anual corresponde a cotas de cada um dos associados, que, de acordo com a quantidade de cana moída no ano-safra anterior, correspondem às mensalidades que a UNICA recebe. A UNICA, portanto, só vive de mensalidades recebidas dos seus associados.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E qual é o valor...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado...

(Não identificado) - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu queria só prestar um esclarecimento: o senhor está sob juramento...

(Não identificado) - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - ... e todas as perguntas que lhe forem dirigidas terão de ser respondidas. O senhor não traz aqui nenhum mandado de segurança, nenhum *habeas corpus* que lhe restrinja as respostas feitas pelos Srs. Parlamentares. O senhor terá de responder.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Que o senhor dê continuidade...

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Muito obrigado. Eu respondo. Eu tenho um salário de 40 mil reais por mês. Esse é o salário fixo que eu tenho. E tenho, em cima disso, um prêmio que varia, e, portanto, eu não posso saber qual é, a não ser quando termina o exercício.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - No exercício passado, foi quanto?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - No exercício passado, eu devo ter recebido uns 150 mil reais de prêmio.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Além dos 40 mil reais mensais?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Isso aí.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Como é que as usinas associados à UNICA declaram esse custo da UNICA na sua contabilidade?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu não sei, porque eu não trabalho dentro de uma unidade. O que eu presumo é que isso seja uma despesa da associação para a qual eles contribuem. É uma declaração em que a UNICA dá o recibo do recebimento disso para cada usina, e cada usina contabiliza como uma despesa dela.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E o percentual é para cada usina?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Deputado, deixa eu explicar, a contribuição é feita o seguinte...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Bem didático assim, não precisa explicar muito não, só que tipo de... como é mostrado isso. É por faturamento? É por quê?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - É por quantidade de cana moída na safra anterior.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Por tonelada, não por preço.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Por tonelada de cana moída.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Quantos associados a UNICA tem?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Noventa e quatro ou 95.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Noventa e quatro. Esses recursos que são repassados para a UNICA, como que a UNICA administra, para fazer o quê?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Primeiro para fazer os estudos. Nós fazemos uma série de estudos. Por exemplo, estudos de natureza tributária, para saber qual é o tratamento tributário que o setor tem. Talvez, hoje, o item mais importante da nossa despesa anual seja o pagamento que nós fazemos, a pedido do Governo Federal, dos advogados que estão cuidando dos nossos casos na OMC, em Genebra, uma vez que o Governo, não dispondo dos recursos para contratar os advogados que estão cuidado do assunto, deixou a iniciativa privada, no caso a UNICA, ser responsável por isso. Há estudos que nós fazemos para mistura de álcool ao diesel; há estudos que dizem respeito à co-geração de energia elétrica pela queima do bagaço; há estudos voltados para as negociações internacionais da...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Eduardo, eu queria só dizer o seguinte: esses estudos é a UNICA que faz. As associadas, então, encarregam a UNICA de contratar esse serviço, e eles não têm esse custo operacional, quem tem é a UNICA.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - É isso aí.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Qual foi o volume do exercício da UNICA do ano passado?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - A UNICA, o exercício ano passado, o orçamento dela, o nosso exercício não é ano-civil, é ano-safra, ele começa em maio e termina em abril do ano seguinte. Nós devemos ter gasto orçamentariamente cerca de 12 a 13 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Treze milhões de reais. Sra. Presidenta, tenho mais algumas perguntas, mas vou deixar para os nobres colegas, e volto na segunda etapa para fazer novas perguntas para o Sr. Eduardo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Sra. Presidenta, primeiramente, boa-tarde a todos. Sr. Eduardo, esse setor é importantíssimo na geração de emprego do nosso País. Uma coisa é a geração de emprego, e faço esse discurso da mesma forma como alguns setores da cadeia de combustível também são importantes, mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar a questão da geração de emprego prevalecer em nome da irregularidade que vem acontecendo arduamente quando se chega ao consumidor. E, se nós formos ver as notas taquigráficas, o senhor deixou bem claro na última audiência, que há uma irregularidade. Gostaria que o senhor declinasse para esta Comissão, quando o senhor assume que há uma irregularidade, que irregularidades são essas e quais são as empresas distribuidoras de álcool que estão fazendo essa irregularidade? Essa é a primeira pergunta, depois tenho mais outras.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Para o senhor responder.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Nobre Deputado, quero lhe dizer que procurei dar em minha exposição na semana anterior os detalhes do que me parecem ser os descaminhos no que diz respeito ao pagamento do ICMS no setor e que derivam do fato de que as usinas, vendendo na porta de suas fábricas o álcool, esse álcool é, segundo informações existentes no mercado, segundo depoimentos havidos nesta Casa, segundo relatório que li do depoimento do Presidente do SINDICOM, mostram que há um descaminho importante no destino



do álcool que sai das usinas, por irresponsabilidade dos distribuidores. Como não opero usina, como não vendo nem compro, isso não é da esfera da UNICA, eu não posso declinar o nome porque eu desconheço.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - O senhor reconhece que há irregularidade. A UNICA, como uma associação séria — que nós sabemos que é séria —, ela tem alguma restrição de alguma empresa, que por acaso, na Agência Nacional do Petróleo, ela é dada como irregular, se vocês têm alguma restrição, vocês continuam vendendo para essas empresas?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Nobre Deputado, volto a lembrar que à UNICA não cabe vender produto. A UNICA tem exclusivamente a representação institucional do setor, ela não tem a representação comercial. Conseqüentemente, os aspectos de natureza comercial eu os desconheço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Sr. Deputado, gostaria que ele repetisse a resposta?

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Não está sendo conclusivo. Existe uma tabela, que é da Agência Nacional do Petróleo, e que várias empresas que compram em usinas no meu Estado, no Rio de Janeiro, lá especificamente em Campos, que compram em São Paulo, compram em Pernambuco. Estou generalizando, não estou dizendo fulano, isso e aquilo, não. A UNICA, como tem uma capacidade, que é a grande articuladora... Ninguém recebe 40 mil reais para não ser um articulador, para ser uma pessoa que tem no mercado. Estou dizendo, está correto, esse é o papel. Não tenho nada contra. Esse é o papel, e é o papel correto. É o articulador, está viajando o Brasil todo, está olhando, está vendo. Então, ela existe para quê? A UNICA existe para quê? Se ela não diz que pode vender para as pessoas que estão lesando o consumidor na ponta, então ela existe para quê? Ela só faz só o papel... Aqui, na CPI do Combustível, tem de saber qual é o papel da UNICA, para melhorar a qualidade para o consumidor na ponta. Eu defendo que hoje a frota de carro no Brasil deveria ser a ampla maioria de álcool, deveria ser. Mas o que a UNICA faz para que eu, que tenho carro e outras pessoas que têm carro lá na ponta de álcool, não sofram, que compre um carro que dizem assim: *“Seu carro vai ter um ano de garantia”*. Só que o meu carro não tem um ano de garantia, porque o combustível que eu boto lá é uma porcaria, e eu tenho que estar



fazendo revisão. Por que a UNICA trabalha na defesa do consumidor? Ela faz o quê? Ela fiscaliza no sentido de dizer: Essa distribuidora aqui a agência está processando. A agência quer tirar do mercado. Então, não vamos vender para essa empresa. Tem de saber disso, porque nós já tivemos depoimento aqui e tivemos depoimento parece que do pessoal do Rio Grande do Sul. Não sei se era do Rio Grande do Sul, ou do Paraná que eram ligados à questão do combustível, porque eles tinham claro. Eles botavam aqui, e dizendo assim: *“Empresa tal não queremos que seja associada à nossa, porque tem processo contra ela. Empresa tal conseguiu liminares”*. Liminares, que são coisas legais. Não tem nada de ilegal ganhar liminar. É só um escritório de advocacia que foi lá, competente, tem as brechas da lei, e conseguiu. Essa associação trabalhou aqui e mostrou para nós. Eu quero saber da UNICA. Qual é o papel da UNICA em relação à defesa do consumidor?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - A UNICA não tem como mandato a defesa do consumidor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Continuando, antes da abertura do mercado, quem controlava era a PETROBRAS. O senhor pode me informar, pelo estudo da UNICA, quantos processos havia de irregularidade com a PETROBRAS centralizando o combustível?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Deputado, eu desconheço, porque eu só estou na UNICA há 3 anos, quando o controle hoje é feito pela a ANP. Do meu conhecimento, o que existe são os relatórios de não-conformidade que a ANP emite e disponíveis no *site* da ANP. O que dizem os relatórios de não-conformidade? Eu não posso responder e não estudo os problemas referentes aos outros combustíveis que não álcool. Sei do seguinte, porque vejo o *site* da ANP. Sei em primeiro lugar que uma irregularidade constatada pelas amostragens que a ANP faz é que, num conjunto de cerca de 30% das não-conformidades das gasolinas, verifica-se uma mistura superior aos 25% hoje, ou 20% ou 22% da mistura oficial. Então, uma não-conformidade que corresponde a cerca de quase um terço das não-conformidades nas gasolinas é uma mistura superior de álcool nessa gasolina, superior ao limite fixado pelo Governo. Uma outra não-conformidade, e essa diz respeito ao álcool hidratado, faz referência a traços de cloro e de flúor que existem nas amostragens de álcool hidratado. Para entender o que quer dizer isso,



fomos estudar por que havia essa não-conformidade, uma vez que o álcool saído das torres de destilação, o álcool hidratado, que contém cerca de 5% em volume de água, essa água é uma água que tem na cana, no caldo da cana, e, conseqüentemente, nenhuma análise desse caldo de cana indica a presença de cloro ou de flúor. A presença de cloro ou de flúor denota a utilização de uma água, que é uma água para uso urbano, potável, e é por isso que ela contém o flúor, que contém o cloro. E, portanto, nessa não-conformidade de parte das amostras feitas pela ANP, mostra que foi adicionada a esse álcool uma água potável de sistema urbano de distribuição de água. Isso mostra uma indicação de uma irregularidade de que há mistura de água no álcool. E é por isso que a gente imagina que uma parcela das irregularidades é o uso de álcool, desculpe, é o uso de água no álcool anidro. E por que isso? Porque o álcool anidro, como descrevi semana passada, tem a figura de um contribuinte substituto, e, portanto, ele sai da usina com ICMS suspenso. E, portanto, na hora em que se hidrata esse álcool no meio do caminho e se vende esse álcool no posto, esse álcool obviamente não pagou imposto nenhum. Quer dizer, a constatação da não-conformidade que a ANP faz mostra isso. Há um dado adicional que também é um indicativo importante e que é o fato de que mais de 70% das não-conformidades do álcool hidratado situam-se em postos que estão vendendo o álcool hidratado abaixo da média dos preços do álcool hidratado, o que é uma indicação adicional de que esse álcool deve não ter pago imposto, porque é difícil nós imaginarmos que esse álcool é vendido com margem negativa, é difícil imaginar que um posto esteja vendendo para perder dinheiro. Então, imagina-se, essas são evidências que você vai somando uma à outra, que mostram o descaminho a que fiz referência semana passada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Penúltima pergunta: o senhor comprova que mais de 30%, hoje, do álcool vendido no Brasil sofre essa adulteração de água?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu não comprovo esses números, Deputado, infelizmente. Não me cabe comprovar. Eu simplesmente leio o material que me é disponível. Quem apresentou alguns cálculos, que eu não posso responder por eles, e que falam nesses números, foi o depoimento do Presidente do



SINDICOM feito aqui nesta Comissão. Eu não tenho, eu não tenho esses números para lhe confirmar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Tá. Então, a última, eu vou deixar uma sugestão. Acho que a UNICA, com o trabalho sério que está fazendo, acho que a UNICA deveria ter um papel, ajudar no papel de fiscalização. Como sou uma pessoa que acho que esse problema de adulteração só vai acontecer se tiver iniciativa do Governo Federal, dos Governos Estaduais, Municipais e das entidades responsáveis, eu queria deixar uma sugestão para a próxima reunião da UNICA: que a UNICA entre no papel de, pelo menos, dizer para a sociedade, no seu *site* também, as empresas distribuidoras que estão lesando a população. Para deixar essa posição, porque, se nós queremos ganhar a sociedade na defesa, na defesa da cana, que é uma coisa central, eu não sou de uma região, mas a ferrovia passava por ela e passava muito bem. Como sou ferroviário e tudo que tenho na vida agradeço à ferrovia, sou ferroviário desde os 14 anos de idade, sei que — sou de uma região nossa de Campos — emprega milhares e milhares de população na cana e sei disso, sei dessa responsabilidade, sei dessa responsabilidade. Como nós queremos que a cana cresça cada vez mais no nosso País, pela importância que tem, também, ao mesmo tempo a Associação tem de ter esse papel, não só o papel de *lobby*, de diminuição de imposto, mas esse papel de fiscalizador junto à sociedade. Acho que o Brasil só vai conseguir se todo o mundo fizer o seu papel. Eu acho muito tímido o papel da UNICA na questão da fiscalização. Então, quero deixar essa sugestão humilde. Como eu vi outras entidades virem a esta Comissão dizendo “*nós temos revista, denunciemos as empresas, pedimos*”, então, na defesa do consumidor, acho que era importante a UNICA ter esse papel num ponto. Porque a gente sabe que fica um frasco da qualidade do álcool que fica no combustível, mas nós também temos essa preocupação, que a gente sabe que a mistura está acontecendo no meio do caminho, até chegar ao posto. E, muitas das vezes, também são feitas no posto. Então, quero deixar essa sugestão de empresas que no Brasil vão sendo abastecidas lá nas usinas, que cometeram esse erro e que não passem a vender, porque essa é uma forma, só vai ter resultado se pegar no bolso. Se não pegar no bolso não adianta.



O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Deputado, quero lhe esclarecer o seguinte: embora a UNICA não tenha nenhum papel formal na defesa do consumidor, ela tem 2 papéis importantes a esse respeito que valem a pena serem mencionados, face a sua alocução, que assino embaixo. A primeira delas é o fato de que os produtores cuidam da qualidade do seu produto, de o produto sair da usina. E como é feito isso? Isso é feito através de uma amostragem. Todo o embarque de produto da usina, em qualquer caminhão que saia da usina, tem que ter um laudo técnico da qualidade do produto que está saindo. Não só existe o laudo técnico assinado pelo responsável químico por isso, mas a usina é obrigada a manter, por 60 dias, uma amostragem do material equivalente que está saindo naquele caminhão, para poder confrontar. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que temos um sistema de troca de informações entre as usinas para aperfeiçoamento dos mecanismos de análise, uma vez que é importante que os métodos de análise sejam feitos, os mesmos, para que sejam consistentemente comparáveis entre si. Temos tido discussões de natureza técnica profundas. Só nos meus 3 anos de UNICA já tive pelo menos em meia dúzia de reuniões com a ANP para esclarecer problemas técnicos de análises, para que os números sejam comparáveis. E temos participado de forma ativa nesse processo. Tomarei nota da sua sugestão, Deputado. Vejo sentido nela, embora neste momento não possa declarar que seja nossa responsabilidade a defesa do consumidor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha. (*Pausa.*) Deputado João Magalhães. (*Pausa.*) Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Gostaria de perguntar ao Sr. Eduardo, como representante da UNICA, que é a união realmente das usinas, se ele é proprietário de alguma usina.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor é o Presidente contratado pela UNICA?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Por enquanto, Sra. Presidenta, era essa a pergunta inicialmente.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sra. Presidenta, Deputada Rose, Srs. Deputados, ouvindo hoje as perguntas feitas todas com a melhor das intenções, lembrei-me de uma reunião de que participei no início dos anos 70, recém-formado na Escola de Engenharia Agrônômica, uma reunião do Sindicato dos Engenheiros, em São Paulo — estava se formando o Sindicato —, e nessa reunião nós tivemos a participação de diversos representantes da população que estavam pedindo que o Sindicato entrasse com alguns procedimentos contra alguns engenheiros civis, no caso, que não estavam agindo corretamente. E o Presidente do Sindicato, na época, deu-nos uma didática diferenciação entre o que é o papel do Sindicato e o que é o papel do CREA. O papel do CREA é proteger a sociedade. Se o CREA fizer alguma coisa em defesa específica do engenheiro, ele tem que provar que está melhorando a capacitação do engenheiro em defesa da sociedade. Por outro lado, o Sindicato tem que fazer a defesa do engenheiro. Essa diferenciação eu acho que é fundamental para que nós não cobremos da UNICA papéis que cabem à ANP. A UNICA não é uma instituição para fiscalizar usinas, a quem cabe fazer isso é à ANP. Também, aqui, não estou para defender a UNICA, certo, é só a minha opinião numa reminiscência de algo que me passou e que me lembrei do passado. O que eu acho é que toda CPI como esta aqui tem uma finalidade clara: a CPI é em defesa da sociedade. Se se forma uma CPI é porque o órgão que representa a sociedade, que é o Parlamento, o Congresso, notou uma profunda distorção, que não está sendo corrigida naturalmente pelo Poder Judiciário, pela polícia, pelas instituições naturais, e que se arvorou nas prerrogativas de tentar dar a sua contribuição. É dentro desse sentido que eu queria reforçar uma pergunta. Se o problema existe... Existe um problema de sonegação, está certo, está nos jornais, está em todo mundo, todo mundo está vendo. Nós mesmos sabemos, todo mundo intui ou lê ou ouve ou a televisão prende pessoas, distribuidores fazendo irregularidades. O que nós queríamos é aproveitar ao máximo a presença de todos, e eu tenho feito todas essas perguntas, aqui, perguntas à SERASA, perguntas a todas as CPIs a que vou: qual é a efetiva contribuição que pode ser dada, quais são



as contribuições que podem ser dadas pela UNICA, pelo Presidente da UNICA, no sentido de coibir essa sonegação?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu agradeço, Deputado Thame, a precisão de sua pergunta, o que me dá oportunidade de renovar o que disse na semana passada. A UNICA tem, e vou deixar mais uma vez claríssimo, o maior interesse em que esse mercado esteja saneado. As condições em que esse mercado opera são deletérias para o desenvolvimento do mercado, que nos interessa como produtores. Conseqüentemente, temos feito, ao longo do tempo, inúmeras sugestões de aperfeiçoamento dos instrumentos legais para coibir, segundo nossa visão, parcela importante do que parece ser essa sonegação. Diz-se claramente que, vejo, entendo, pelos estudos, pelos depoimentos, pelo que se vê, que parcela substancial dessa sonegação se dá pela plethora de alíquotas dos ICMS em cada um dos Estados. A legislação do ICMS ou as legislações do ICMS — que os senhores já conhecem bem, porque estamos discutindo, neste momento, no Parlamento nacional, a reforma tributária, onde o capítulo da reforma do ICMS é muito importante —, que a plethora de alíquotas diferenciadas e com diferentes modelos, para diferentes fins, é na verdade o grande elemento que explica parcela substancial dessa sonegação. Neste sentido, a UNICA tem participado ativamente, como disse eu, do projeto de reforma constitucional nº 33, que criou a CIDE e que possibilitou, embora ainda não regulamentado pelo Congresso Nacional, uma alíquota única, uniforme, monofásica, no recolhimento do ICMS sobre combustíveis, incluindo o álcool. Temos patrocinado estudos que mostram e temos, por exemplo, conversado freqüentemente e pressionado o Governo de São Paulo no sentido de mudança do sistema tributário, do ICMS sobre combustível, álcool hidratado em São Paulo, graças ao que o Governador Alckmin, em resposta aos nossos apelos, colocou junto à Assembléia de São Paulo um projeto reduzindo para 12% o ICMS sobre álcool hidratado, que, na nossa visão, reduzirá, e muito, se é que não eliminará a possibilidade de haver a sonegação a que me referi. Temos, Sr. Deputado, o maior interesse. Estamos estudando com carinho a proposta que SINDICOM tem feito no sentido do PIS/COFINS, uma vez que a incidência desse imposto, segundo o SINDICOM, é outro motivo de sonegação. Não tenho certeza de que a proposição do SINDICOM seja a melhor, mas temos o maior interesse em



estudá-la. Declarei e volto a dizer a esta Comissão que a UNICA está pronta para colaborar no que nos couber no sentido do que esta Comissão deseja, que é coibir o que nós estamos assistindo nesse mercado, pelo menos no que diz respeito a álcool. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Rogério Silva, gostaria de concluir sua interpelação? Quero dizer que já se encontra presente no plenário o Sr. Otávio Junqueira Motta Luiz, Presidente da Usina Açucareira Guáira.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Eduardo, o senhor entregou aqui a esta CPI um relatório. Que dia que o senhor entregou esse relatório?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Deputado, eu acho que esse relatório deve ter chegado há 1 ou 2 dias aqui, na Comissão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor se comprometeu logo, no outro dia, de entregá-lo aqui, não foi?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - É que, infelizmente, a quantidade de dados necessária para obter demorou um pouco para eu poder processar essa informação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E o senhor tem uma auditoria nas usinas a cada 15 dias, fazendo esse levantamento?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não. Deixa eu lhe explicar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não, eu não quero que o senhor me explique. O senhor já disse isso, já declarou isso na reunião passada.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Que tem uma auditoria, que anda há 15 dias lá.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Confirmo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E o senhor demorou quantos dias para ter esse relatório?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu demorei para mandar para esta Comissão de 4 a 5 dias, inclusive o fim de semana.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Nesse relatório que o senhor mandou, ali tem o total de álcool anidro produzido por usina/safra, não é isso? Tem também o



total de álcool hidratado produzido/safra. E, desses números, a UNICA tem conhecimento, porque faz a auditoria 15 dias. Ela audita a compra, aliás, a produção, e audita a venda, não é isso?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - O que nós auditamos é o estoque existente na usina, para confirmar a diferença.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Para auditar o estoque, o senhor precisa ver quanto produziu, quanto vendeu, qual o estoque tem, não é isso?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - É isso aí.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O que significa “outros fins”?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Pela legislação do ICMS, o álcool hidratado, ele pode ter as seguintes finalidades: ele pode ser usado como álcool de mistura à gasolina, álcool etílico carburante. Esse álcool tem, na legislação do ICMS, em São Paulo, 25%, se esse álcool é vendido dentro do Estado, 12%, se é vendido nos Estados limítrofes a São Paulo, e 7%, se for destinado a Norte, Nordeste, Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Isso significa, negociação fora do Estado de São Paulo, “outros fins”.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não, isso é álcool etílico carburante. Álcool para outros fins é álcool para fins industriais, para ser processado industrialmente ou álcool de bebida, para ser utilizado na indústria de bebidas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - A Bonfim, ela é filiada da UNICA? A Usina Bonfim é filiada da UNICA?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ela produziu, safra 2001/2002, 163 milhões de litros, produção total. De álcool anidro, ela produziu 45 milhões de litros. De álcool hidratado, 118 milhões de litros. Começou com estoque inicial de 6 milhões 822 de álcool anidro e, de álcool hidratado, 3 milhões e 400 mil litros, que fez aquele total de que nós falamos. Ela trabalhou com esse álcool, dentro desse número, com 71 milhões de litros para outros fins. Que outros fins são esses, sendo que ela já declarou como produção de álcool anidro e álcool hidratado?



O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - É álcool para outros fins, Deputado, é álcool que não se destina a uso carburante, se destina a uso na indústria de alimentos...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas ela já fez a declaração de álcool anidro, que é para carburante, e do álcool hidratado para carburante.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não. Todos os álcoois ou são álcool anidro, que não contém água ou tem um grau de elevação muito grande de teor alcoólico, 96,6% GL — Gay Lussac —, ou ele é álcool hidratado com 5% a 6% de água no volume. O álcool comercializado normalmente é o álcool hidratado, seja para fins carburantes, seja para indústria de processamento de álcool, indústria de alimentos, indústria química, indústria de cosméticos etc.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Vamos novamente, que o senhor deveria já ter entendido a minha pergunta. Essa Usina Bonfim declarou que produziu de álcool anidro 45 milhões de litros, safra 2001/2002, 118 milhões de álcool hidratado. Se já é hidratado o álcool, ela não pode dirigir o álcool hidratado para outros fins. Concorda?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não. Não concordo, Deputado. Infelizmente, o álcool hidratado pode ser para fins carburantes ou para outros fins, fins industriais. O mesmo álcool.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Por exemplo.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sai um caminhão de álcool que é para fins carburantes. Esse será... É vendido para uma distribuidora de combustível, e esse álcool se destina a ser usado nos automóveis a álcool. Esse é um álcool.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Certo.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - O outro álcool que é hidratado, igual, ele é usado para indústria química, para transformação em produtos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Álcool hidratado para...

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Álcool hidratado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Com quantos por cento de álcool, de água?



O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Com o mesmo, 5%, 6% de água.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então o senhor está afirmando que esse álcool da Bonfim, 71 milhões de litros, foi destinado para outros fins se não para o setor carburante?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu não estou afirmando isso, Deputado. Eu tenho a informação dada pela Usina Bonfim de que esse foi o uso dela.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas, se o senhor audita isso daí, o senhor tem a informação.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu tenho a informação que foi isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor diz o seguinte: não é eles que passam a informação para vocês. A UNICA tem uma equipe que audita lá na usina.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Isso. Isso me permite, então que eu explique o que é essa auditoragem, uma vez que eu não quero ser mal-entendido.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas eu não quero essa explicação. Auditoria é auditoria.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não, não é. Auditoria não é auditoria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu gostaria de esclarecer ao depoente que ele não pode debater com o Deputado que o interroga. Ele pergunta, e o senhor responde.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sim, senhora.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu vou lhe fazer a pergunta de uma empresa, Catanduva. É filiada da UNICA?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ela produziu um total de 87 milhões de anidro — mesma safra —, 48 milhões de álcool hidratado. Para outros fins, 27



milhões. Eu nem quero acreditar que essa informação esteja certa. Consumo próprio, quebra e evaporação, 32 milhões de litros. O que significa isso?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu não sei, Deputado. Eu quero lhe dizer que há um importante mercado de álcool que não é um mercado...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O volume é um volume expressivo, e o senhor faz auditoria de que 15 em 15 dias dessas empresas.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Se o senhor não me permite que eu explique o que é auditoria, não há como a gente se entender.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu sei. Eu sei o que é auditoria.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não, eu vou lhe explicar qual é o processo de auditoria.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não, mas eu não quero... Eu não quero que o senhor explique.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Pela ordem, Deputado. Eu queria fazer um apelo ao Deputado Rogério Silva. Eu gostaria de saber como é a auditoria que a UNICA faz, para que nós não sejamos induzidos, às vezes, a certas interpretações, Deputado, que possam, às vezes... Que a responsabilidade de uma entidade que tem, que congrega 92 associadas, ou 94, ou 95... Seja responsabilizada, às vezes, por um erro de uma das usinas. Então, seria importante, Presidenta, que nós possamos saber como é feita e qual a responsabilidade da UNICA nessa auditoria, para que nós possamos, todos nós, saber... Que eu fiquei interessado em saber, porque é uma... Realmente, é o que vai conduzir o nosso comportamento daqui para frente. Eu acho extremamente importante saber que tipo de auditoria é essa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, peço apenas...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu, só queria uma ponderação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - É só uma questão de encaminhamento. É que o Deputado estava com a palavra. V.Exa. em seguida pode completar as perguntas, esclarecer as dúvidas. Eu queria apenas que o Deputado Rogério Silva concluísse.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu estou aqui com algumas coisinhas para concluir, Sra. Presidenta. Alvorada, Araporã, Minas Gerais, é filiada da...

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não é? Jacarezinho, Paraná, é filiada?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ivaí Melhoramentos, Jussara, no Paraná, é filiada?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Já foi?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Barra Grande, Lençóis Paulistas, é filiada?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Noventa e nove, 2000. Produção: 38 milhões de litros. Vendas: 63 milhões de litros. Que explicação o senhor teria, através da sua auditoria, para esse diferencial?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Deputado, nós tivemos 3 anos de enormes safras de cana no Centro-Sul do País, 97, 98 e 99...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Nós estamos falando de 99/2001.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - ... e, portanto, inclui a safra 99/2000, não 2001. É, essa safra...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Falamos da mesma empresa, então. Nós estávamos falando de qual empresa? Barra Grande. Vamos para 2000/2001, para não ter a justificativa da supersafra. Produção: 56 milhões. Venda: 76 milhões.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Porque nós tínhamos em estoque, no País, 3 bilhões de litros de álcool, guardados...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Nós estamos falando de Barra Grande.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu estou falando do total da safra. Eu não tenho conhecimento dos dados individuais de cada usina. O senhor há de concordar comigo que não é possível ter uma cabeça que guarde esses



números. Sei que nós tivemos, no início da safra 2000/2001, um total de álcool armazenado, nas usinas e em tudo quanto que é tanque do País, de 3 bilhões de litros, que correspondeu ao excesso de produção que tivemos nas safras 97/98, 98/99, 99/2000, e, por isso, teve vendas em 2000 muito maiores que a produção de 2000. Por quê? Porque, na produção de 2000, houve uma quebra da safra de cana em 25%, e a única salvação do mercado de combustíveis foi o fato de ter havido 3 bilhões de litros guardados, que serviram para complementar a produção faltante, que houve nessa safra mencionada pelo senhor.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sra. Presidenta, eu indago à Presidência se há mais Deputados inscritos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Dois Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Gostaria de pedir a eles que fizessem suas perguntas, que eu tenho algumas perguntas para fazer o fechamento sobre a questão da testemunha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. tem à disposição o seu tempo para voltar à interpelação. Pergunto se o Deputado Lupion gostaria de fazer as perguntas complementares.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Gostaria, sim. Dr. Eduardo, em primeiro lugar, para que nós pudéssemos aproveitar bastante esta audiência, eu gostaria de saber que tipo de auditoria, como ela é feita e qual a responsabilidade da UNICA quanto às informações dadas por cada um dos seus associados, já que se trata duma entidade que congrega associados que se associam voluntariamente. Então, eu queria saber qual é a responsabilidade da ÚNICA. Essa é a minha primeira pergunta, que eu gostaria que o senhor me respondesse.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Muito bem, Deputado. Isso permite esclarecer um fato importante para esta Comissão. A UNICA, responsável que é pela representação institucional da grande e maior parte dos produtores de açúcar e álcool do Estado de São Paulo, houve por bem criar, há dois anos e pouco atrás, um sistema de auditoria dos estoques de álcool existentes na usina. E por que isso? Porque é da responsabilidade nossa o abastecimento de mercado. E nós tivemos problemas importantes de flutuações enormes de safra nos últimos 6, 7



anos, em que o conhecimento do volume produzido e estocado por cada usina passa a ser essencial para que a gente possa responder pela responsabilidade de abastecer o mercado. E nesse sentido, por consenso entre os sócios da UNICA, entre os associados da UNICA, convencionou-se que nós teríamos um sistema de auditoria externa para medir os tanques, os estoques a cada 15 dias, de tal forma que a gente pudesse verificar se as declarações que as usinas faziam de sua produção e de seu estoque correspondiam ao estoque físico constatado por essa auditoria externa. Foi em vista disso e porque nós precisamos ter o sentido claro da responsabilidade que nos cabe como produtores de um combustível essencial que nós montamos esse sistema de auditagem. É uma pura auditagem de quantidade existente nos tanques das usinas.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - O senhor não tem conhecimento de que safra é esse estoque?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Claro que não.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - E essa auditoria, por lei, é obrigatório que a UNICA faça?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não, é absolutamente voluntária. Foi um acordo entre os associados. Para que nós saibamos que realmente existe e qual é o volume de produto existente é que nós resolvemos instituir um mecanismo dessa natureza.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - O senhor disse que a UNICA, ela tem a responsabilidade do abastecimento do álcool... O senhor acabou de dizer que ela tem a responsabilidade, mas eu quero crer que não é institucional essa responsabilidade. É uma questão apenas de mercado. É uma questão de planejamento estratégico duma entidade que tem uma obrigação social de não deixar faltar álcool no mercado, para, amanhã ou depois, não ser acusada, não ser penalizada de ter ocasionado o desabastecimento, como houve no passado.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Agradeço o esclarecimento. A precisão da sua locução foi muito melhor do que a minha. A responsabilidade por abastecer não é da UNICA. Existe uma responsabilidade social e econômica dos produtores que compõem a UNICA de abastecer o mercado. E, na verdade, a responsabilidade da UNICA é no sentido de planejar o que fazer com a produção



existente. Como o senhor bem mencionou, na verdade, nós estamos nos qualificando para poder dizer: Olha, consumidores, podem confiar, porque nós teremos o produto à disposição. Para evitar que a gente tenha problemas como existiram no passado, como o senhor bem mencionou.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - A quem cabe a responsabilidade, veja bem, a quem cabe a responsabilidade de informar ao órgão de direito, ao órgão oficial, as informações sobre produção, sobre venda e sobre, enfim, toda a comercialização de cada usina?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Às unidades produtoras.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - A cada usina. Não cabe...

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - A cada usina.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - ... à UNICA responsabilidade nenhuma.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Quer dizer que, se amanhã eu tiver que responsabilizar, entendeu, por alguma informação falsa, por qualquer “inveracidade”, é a unidade que eu vou ter que responsabilizar.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Nós não temos nenhuma obrigação.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - A UNICA não tem obrigação nenhuma disso.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Zero.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Ótimo. E eu gostaria, Presidente, de me resguardar depois — eu tenho mais algumas perguntas a fazer —, de me resguardar depois para poder continuar nessa interlocução.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu consulto o Deputado João Magalhães sobre se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sim, Sra. Presidenta. Gostaria que o Dr. Eduardo Carvalho, por gentileza, nos respondesse quais são os reflexos da legislação ICMS, suas implicações e interferências na comercialização do álcool e o que poderia ser feito.



O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Deputado, eu me ative, em meu depoimento longo, feito semana passada, nas considerações a esse respeito, que volto a repetir aqui, procurando ser o mais breve possível. Parece-nos que a legislação do ICMS, no momento, a nosso juízo, no caso do álcool, é o principal obstáculo existente hoje para uma correta comercialização desse produto. O elevado nível de sonegação constatado e aferido por diferentes formas mostra que algo tem que ser feito. Nossa sugestão tem sido a da uniformização da alíquota e uniformização da legislação, de tal forma que essa plethora de alíquotas e essa plethora de legislações não sirvam de esconderijo para o descaminho a que nós assistimos nesse mercado. Com isso, parece-me que existem várias proposições em curso no Congresso Nacional, inclusive a reforma tributária, neste momento sendo discutida no Senado, que ao propugnar por alíquotas únicas e uniformes de ICMS pode solucionar o problema. Não quero dizer que essa seja a única solução. Creio que mecanismos muito mais eficazes de fiscalização podem igualmente contribuir para uma melhoria substancial das arrecadações nesse campo. Mas aí é um problema de natureza técnica, é um problema que diz muito mais respeito aos órgãos executivos. No que diz respeito à legislação, parece-me que esse seja o ponto principal.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente Eduardo, até que ponto o consumidor brasileiro pode confiar na oferta do álcool, considerando que esse produto é fortemente influenciado pelos preços internacionais do açúcar?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Essa discussão é uma discussão extremamente importante devido aos fatos passados, uma vez que ficou no espírito da opinião pública de que as eventuais faltas que nós tivemos de álcool no final dos anos 80, começo dos anos 90, 1989/90, para ser preciso, se deram porque havia preços estimulantes de açúcar no mercado internacional que fizeram com que o produtor desviasse produção de álcool para açúcar. Eu quero dizer e afirmar que não há nada mais longe da verdade do que essa afirmação que fiz. E explico. Na ocasião, a produção era completamente regulada, regulamentada pelo IAA. Era o IAA que detinha o monopólio de exportação do açúcar brasileiro, era o IAA que fixava as cotas a serem produzidas de cana, de álcool e de açúcar para cada unidade produtora do País. Era o Governo, através do Departamento Nacional



de Combustíveis, creio eu DNC, não me lembro se é isso, e a PETROBRAS que faziam toda a logística do álcool. Retiravam o álcool das usinas, levavam para as bases, estocavam e revendiam para as distribuidoras. E, na verdade, o que se vê das estatísticas da época é que nesse momento não houve nenhum incremento de exportação de açúcar brasileiro, o que, entre parênteses, não era responsabilidade do produtor. Era responsabilidade do IAA. Ao longo dos anos 90, pelo abandono que o setor teve, do seu PROALCOOL... e o abandono se deu por uma violação do princípio básico do preço relativo do álcool *vis-à-vis* o preço da gasolina, uma vez que o conteúdo energético do álcool faz com que se consumam 30% a mais de álcool por quilômetro rodado do que a gasolina; o seu preço não pode ser maior do que 70% do preço da gasolina. Para resumir uma história um pouco mais longa. Ora, o Governo, responsável pela fixação dos preços de álcool e de gasolina até 1999, violou a regra e passou a fixar os preços de álcool no patamar de 80%, 85% do preço da gasolina, e com isso desestimulou completamente o uso do álcool carburante. Tanto assim é que no final dos anos 80 nós estávamos produzindo... 90%, 95% dos carros fabricados no País eram carros a álcool. Em 3 ou 4 anos esse número veio para 5% e, mais tarde, para 1%, porque desestimulou completamente o consumo do álcool, porque ele passou a ser muito mais oneroso do que o uso da gasolina. Nesse momento, a indústria, que vinha de uma brutal expansão nos anos 80, ela passa a procurar o mercado externo, antes monopólio do Governo, e foi buscar no mercado externo a salvação da sua lavoura. E foi isso o que aconteceu nos anos 90. Hoje em dia, com o mercado internacional de açúcar já plenamente ocupado por nós... Nós já temos hoje quase 40% do mercado internacional de açúcar. Quando se produz mais açúcar, nós tentamos exportar e não conseguimos exportar esse açúcar a mais. O exemplo claro do que está acontecendo é este ano, que produzimos, porque tinha cana sobrando, mais um milhão e tanto de toneladas de açúcar, e não conseguimos exportar esse açúcar a mais. E como a capacidade de expansão do setor é muito grande, isso significa que dificilmente, eu diria impossível, o setor deixe de garantir aos futuros consumidores de álcool a capacidade de plenamente abastecê-los. É o que eu tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Pela ordem, Sra. Presidenta.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Gostaria de perguntar ao Deputado João Magalhães se ele tem mais alguma pergunta. (*Pausa.*) Pela ordem, então, o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - É só que... é claro que a gente está tendo um pouco de prejuízo porque o Relator não se encontra presente. E eu...

(Não identificado) - Eu estou anotando.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Está anotando?

(Não identificado) - Ele tinha uma audiência na... (*inaudível.*)

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Então, eu queria deixar uma sugestão: queria que... o que a UNICA propõe, para não... em cima do que o Sr. Eduardo acabou de dizer. Hoje existe uma verdadeira situação ruim para a sociedade brasileira. Tem uma porrada de distribuidoras, entendeu, fazendo mazela, fazendo o que há de pior. O que a UNICA propõe, que esta Casa pode fazer, para diminuir esse processo que hoje está lesando a população brasileira?

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Pela ordem, pela ordem. Eu só queria aqui, Presidenta, se a senhora me permite, só complementar aqui, para aproveitar o nosso tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Se a senhora me permite. Porque eu achei extremamente inteligente, pertinente essa posição do nosso Presidente da Comissão. Porque é uma oportunidade ímpar, Presidenta. Esta Comissão, através do eficiente Deputado Carlos Melles, vai elaborar tudo aquilo que nós precisamos para tornar o nosso combustível, o álcool, combustível brasileiro, renovável... que possa ser respeitado. Então, eu acho extremamente importante que V.Sa. nos dê essas informações, para que sejam anexadas ao relatório, e que nós possamos sair daqui com esses compromissos, além de combater a corrupção, que V.Sa. ajudou e muito. E eu acredito que a sua reconvocação tenha sido em função do brilhantismo da sua exposição na primeira vez em que aqui esteve, com a transparência com que aqui esteve. Porque, na realidade, nós estávamos completamente... com falta de informações nesse sentido, com muitas notícias e poucas informações — porque existe uma diferença muito grande entre notícia e informação. Então, eu quero



parabenizar o nosso Presidente Carlos Santana, Deputado Carlos Santana, brilhante Deputado Carlos Santana, e que V.Sa. pudesse nos fornecer esses princípios básicos e o que nós poderíamos ajudar para que isso se tornasse uma realidade.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Presidenta, posso responder?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Quero dizer que nada mais útil para nós do que o atendimento desse pedido. Nossa atividade fundamental se vê extraordinariamente engrandecida pelo fato de poder contribuir, nesse formato, para os trabalhos desta Comissão. Disse, semana passada, que teríamos o maior interesse em contribuir. Face ao pedido formal que sinto, Deputado Carlos Santana, me comprometo a entregar um documento resumo, enxuto, com aquilo que, a nosso juízo, pode contribuir para as finalidades últimas desta Comissão. Tenho que tomar um cuidado, Deputado, eu tenho que tomar um cuidado, porque eu devo falar do que me cabe, de álcool combustível, e do que me parece ser importante, e não devo começar a palpitar em outras coisas que não me dizem diretamente respeito como Presidente da UNICA, mas que me dizem respeito como cidadão, que eu faço opiniões a respeito de variadas coisas. E eu acho que estaria fora do ambiente. Eu vou falar sobre o que a UNICA pode falar, que é o mercado de álcool no setor de combustíveis. E faremos essas sugestões e entregaremos isso. Eu tenho que tomar cuidado com os prazos em que me comprometo aqui. Eu preciso... Nós temos um problema sério esta semana, que nós estamos absolutamente entupidos com uma atividade internacional que está havendo em São Paulo esta semana. Em meados da semana que vem, quarta-feira, os senhores terão esse documento em mão. E eu agradeço, portanto, tanto a contribuição que me fez do Deputado Carlos Santana como, obviamente, as suas palavras, Deputado Lupion.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha... o Deputado João Magalhães queria concluir as perguntas.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Tenho mais duas perguntas. É rápido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não.



O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente Eduardo Carvalho, por gentileza, qual a opinião do setor sobre as implicações do quadro institucional — vários órgãos governamentais, MAPA e ANP — para o setor sucroalcooleiro?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Veja bem: nós temos uma visão de que o quadro institucional não é preocupação nossa. É o quadro que existe. O fato de haver diferentes órgãos que, de uma forma ou de outra, cuidam do problema, não se apresenta como um problema para nós. O que você pode imaginar, o que se pode imaginar é que, às vezes, algumas funções que pertencem a um organismo ou outro findam, não sendo adequadamente preenchidas por deficiências naturais. Gostaríamos de ver, por exemplo, um sistema de fiscalização de cobrança de ICMS muito mais efetivo do que existe. Temos, no caso de São Paulo, conversado com freqüência com os órgãos administrativos, com essa responsabilidade, no sentido de conversar, apontar deficiências que a gente enxerga e discutir caminhos e melhorias. Temos conversado muito com a ANP. A ANP tem uma vocação petrolífera que é do seu próprio nome. Portanto, sentimos que o ambiente da ANP não é a nossa praia, no sentido da palavra, mas temos um contato importante com eles. Temos contato com o CIMA, Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool, com a presença do Ministério da Agricultura, que coordena o CIMA, com a presença do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e do Ministério da Fazenda, um órgão muito importante, onde os nossos assuntos são discutidos. Mas não é a plethora de organismos que nos atrapalha, mas a sua eficiência, que nem sempre é a desejada.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Para encerrar, eu gostaria que o senhor explicasse a avaliação tão grande no item não-conformidade no álcool encontrado nas análises de monitoramento da ANP.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu quero voltar a dizer que a não-conformidade, a grande não-conformidade das análises químicas feitas pela ANP deriva do fato, da existência de condutividades diferentes daquelas prescritas pelo padrão. Essa condutividade diferente se deve à presença de cloro e flúor, como eu mencionei, que é a marca digital do aguamento do álcool anídrico. Então, ela significa a constatação formal da adição de água ao álcool anídrico. Quero lhe dizer, porém, que ainda temos discussões de natureza técnica importantes com a ANP no



que diz respeito aos protocolos de análises químicas e de certificação das instituições que compõem a rede de análise da ANP. Mas esse é um problema de natureza estritamente técnica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, senhor depoente, eu me ausentei daqui cuidando de um projeto da Comissão de Segurança, não acompanhei todo o depoimento, mas eu tenho algumas dúvidas. Eu pediria ao Sr. Eduardo que tentasse clarificar isto para a gente: como se controla a safra no País? Qual a forma que temos de auditar se esses números que foram informados aqui correspondem efetivamente à safra?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Deputado, nós não temos um mecanismo formal. Os mecanismos que existem hoje são herança dos sistemas de controle passados do IAA. Como é que se passa? As usinas têm um livro diário de produção, o LPD — Livro de Produção Diária, onde se anota toda a produção da usina, se anotam as saídas da usina e se anota o que vai para os estoques das usinas. Esse Livro de Produção Diária passou a ser instrumento fiscal na maioria dos Estados, nas suas legislações do ICMS, que exige suas escriturações. Ela passou, no caso das usinas de açúcar e de álcool, a adotar o LPD como instrumento válido para fins fiscais. Portanto, as nossas informações são as informações correspondentes aos LPDs das diferentes usinas. A obrigação que existe é obrigação fiscal da usina em declarar o que produziu, o que saiu e o que foi para o estoque.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Veja bem: aí fica um problema que a gente está verificando aqui, nesse comércio de combustíveis. São as várias formas que você tem de alteração e de alguma forma de sonegação fiscal. Esse controle feito de forma unilateral por quem produz, o senhor considera que seria satisfatório para que a gente pudesse ter a segurança de que é o volume realmente produzido no País?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Deputado, eu tenho dificuldade em ter uma opinião a esse respeito porque nós estamos numa economia que, bem ou mal, é uma economia capitalista e de livre iniciativa. Acho que nós



tivemos um progresso enorme e é difícil quantificar a enormidade, na nossa visão, da mudança de todo o regime em que açúcar e álcool eram produzidos no País. De País talvez mais regulamentado do mundo em matéria de açúcar e álcool nós passamos a ser certamente o País menos regulamentado. Eu me pergunto: quais são os setores de produção do País e quais são os sistemas de controle das suas produções? E por que a gente tem que fazer isso? É, portanto, uma discussão longa que a gente poderia ter, uma conversa longa, em parte filosófica e em parte concreta. Eu entendo que, com a responsabilidade que nós temos hoje pelo abastecimento de uma parcela importante do mercado de combustíveis, os nossos números têm que ser números públicos e confiáveis. Esse é o entendimento que eu particularmente tenho, e tenho procurado imprimir na Direção da UNICA esse pensamento. E tenho crescentemente contado com o apoio de meus associados.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Veja bem, Dr. Eduardo, eu acho que essa discussão o senhor colocou no fim apropriadamente, mas no início eu entendo equivocadamente. Ela não é filosófica, ela é fiscal, ela é tributária. Nós temos aí um problema. Qual é o problema? A produção, não sendo declarada corretamente, nós temos sonegação fiscal, nós temos vários fatores que vão influenciar até a produção de combustíveis, a sua mistura, o comércio clandestino. Então, nós temos um problema concreto. É pouco crível que nós tenhamos que admitir como controle válido o controle de iniciativa do próprio produtor. Porque se assim o fosse ninguém declararia nada. Só declara aquilo que quer. Então, o senhor não entende que deveria ter algum outro mecanismo de controle que não fosse o do próprio produtor?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Deixa eu lhe fazer uma observação — vou responder a sua pergunta, Deputado —, minha opinião como profissional que já mexeu nesse problema, que já mexeu em arrecadação. Em São Paulo, nós temos 120 unidades produtoras de álcool e, portanto, não é difícil imaginar um sistema de fiscalização de cada usina, e que o Fisco Estadual fiscalizasse permanentemente as usinas e tivesse o volume delas por informação obtida por ele. O que, na verdade, se sente, Deputado... e é uma palavra... não, não vou usar, não vou falar. Eu disse, no meu depoimento da semana passada, que se identifica uma falta de vontade política em grande parte dos problemas de



fiscalização que a gente vê no setor de combustíveis. Como eu disse isso, eu só posso reafirmar essa visão. Não acho, Deputado, que é um bicho de 7 cabeças para as tecnologias disponíveis hoje termos um controle muito perfeito do que possa acontecer e do que possa ser produzido e vendido no setor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor atribui isso a uma falta de vontade da atividade fiscalizadora para estimular a corrupção? O senhor atribuiria a isso?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - As conclusões não são minhas, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, eu não estou lhe pedindo para analisar...

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Eu não posso presumir isso. Não tenho o direito de presumir isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - As empresas que são associadas a sua união, a UNICA... existe alguma das empresas que possui distribuidora de combustíveis também?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não que seja do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A empresa COSAN é a mesma empresa do Grupo COSAN?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não sei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não tem conhecimento de nenhuma outra empresa que tenha distribuidora de combustível?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Não, não conheço o sistema de distribuição, para dizer isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor concorda que a possibilidade, por mais que exista... e, realmente, é claro que existe empresário idôneo que declara corretamente aquilo que produz e paga os seus tributos de acordo. Esse sistema permite que se tenha uma produção não-declarada e que poderia servir para abastecer o comércio de combustíveis paralelo?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Sim. Em tese, sim, senhor.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual seria a proposição que o senhor faria para que a gente pudesse implantar um controle dentro das tecnologias, como o senhor mesmo falou, disponíveis para isso?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Outro dia, conversando com um técnico, que eu me permito não declinar o seu nome, eu soube de sistemas de controle de vazão que podem eliminar, se não 100%, 99% dos problemas de desvio. E é um problema do custo de instalação desses sistemas e da vontade política em ter o controle.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não poderia declinar, para que a gente até pudesse pedir a consultoria desse técnico, para propor.

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Não, não, não. Mas nós estamos oferecendo ao Governo de São Paulo um apoio nesse sentido.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Que tipo de apoio?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Um apoio de estudar esses problemas e ver se, a nosso juízo, isso é suficiente para controlar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor encontra receptividade entre seus associados para ter uma mudança no sistema de controle de produção?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Por isso que eu estou falando como Presidente da UNICA. Se eu não tivesse o suporte dos meus associados, certamente eles não me permitiriam que eu dissesse isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor não é um produtor, o senhor é um profissional contratado, e como profissional contratado poderia ter uma opinião.

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Mas, claramente, a opinião que eu estou emitindo aqui não é como profissional, é como Presidente da UNICA. E, portanto, tenho o suporte dos meus associados nisso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidenta, eu vou parar. Vou pedir uma proposição para que a gente também, já que vai haver a criminalização da adulteração de combustíveis, que a gente possa também criminalizar o falseamento de informações sobre produção daquilo que sirva para misturar ao combustível. Talvez seja a forma com que a gente resolveria, na legislação penal, certamente



aquilo que deve estar havendo de introdução, que está sendo usado de uma forma clandestina, sonegando tributos e prejudicando muito o nosso País. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Eduardo, eu não conheço o Estado de São Paulo e nenhum setor produtor de álcool, mas o senhor conhece ele bem e talvez o senhor pudesse me dar uma informação: quais são as usinas que o senhor conhece na região de Sorocaba?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Deputado, na região de Sorocaba nós temos as usinas... Eu posso ter essa informação em um minuto e meio, se o senhor permitir.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas o que o senhor lembra?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Não, do que eu me lembro... você tem as usinas que começam ali na região de Itu, Cerquilha e vão avançando para oeste, para noroeste.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não, o nome da usina.

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Ah, o nome eu não sei. Santa Maria, Cerquilha e Santa Rosa/Boituva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Essa Santa Rosa/Boituva é a nova razão social de alguma empresa?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Não, ela é uma associada da COPERSUCAR.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas ela mudou o nome recentemente?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Não sei. Não, não tenho conhecimento de que tenha mudado recentemente o nome, não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Lá existe Santa Rosa e Rosa S.A. ou só Santa Rosa?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Existe uma aguardenteira, um pinheiro, como a gente chama, que chama Rosa S.A. e que não pertence nem à cooperativa nem à UNICA.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas na auditoria o senhor constatou alguma negociação de alguma empresa ligada com a UNICA negociando com a Rosa?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Não, a minha auditoria não capta isso, ela é exclusivamente sobre estoques.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, essa Rosa mexe só com... Com o quê? Cachaça, é isso?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O.k. Eu quero fazer mais uma pergunta para o senhor. O senhor declarou aqui que a UNICA tem um orçamento anual de aproximadamente 13 milhões de reais. Como que a UNICA recebe esse dinheiro?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Mensalidades dos associados.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Com cheque nominal, depósito em conta...

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Cheque, depósito em conta, conta-recibo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas as usinas que pagam são identificadas no pagamento?

O SR. EDUARDO PEREIRA CARVALHO - Claro que são.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E o prêmio que o senhor recebe no final do ano, por produção, também é a mesma coisa, ou passa pela UNICA, ou é diretamente para o senhor?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - A UNICA é que me paga.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Esse salário de 40 mil reais?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - É a UNICA que me paga.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ele é bruto?

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Ele é bruto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Bom, Sra. Presidenta, eu tenho aqui uma posição. A princípio, a questão administrativa das usinas. O Sr. Eduardo, neste momento, embora tenha declarado na primeira reunião que representa o setor, que faz auditoria no setor, que tem todo o conhecimento no setor, hoje ele diz que a



UNICA simplesmente é uma espécie de... até simplificando, um órgão que trabalha para o setor, que leva as informações, mas que ele não responde por nenhuma usina. Então, no devido momento, a contento, Sra. Presidenta, eu vou requerer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da UNICA, para que a gente possa averiguar essas informações do Sr. Eduardo e da movimentação da UNICA, como ela recebe esses recursos, dando a impressão... Eu não quero aqui fazer um juízo da situação, mas no momento oportuno vou requerer um grupo de trabalho que vá lá na sede da UNICA para ver esses documentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. tem que formular por escrito, fazê-lo e encaminhá-lo à Mesa para transformar...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - ... e transformar a nossa reunião aqui em deliberativa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - ... em deliberativa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Como nós temos mais pessoas que vão estar aqui, no momento oportuno eu vou fazer esses requerimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, nós estamos encerrando a primeira parte dos depoimentos, e o requerimento V.Exa. faça.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Eu acho que a gente fica com um problema político aqui. Eu quero dizer que nós não podemos entrar na outra reunião sem resolver essa situação, porque está toda a imprensa aqui. Nós não vamos ter tempo regimental. Só se, por acaso, o requerimento — parece que tem 2 Deputados que entraram — for aprovado. Não está na pauta do dia, nem hoje nem amanhã, o requerimento. Eu quero dizer que a gente tem que, ao encerrar essa reunião... Quer dizer, não pode encerrar essa reunião sem resolvermos essa situação. Existe uma situação que tem que ser resolvida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Apenas a título de esclarecimento...



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sra. Presidenta, então requeiro que a senhora possa abrir uma deliberativa, para que possa, verbalmente, votar os meus requerimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Apenas para esclarecer o Deputado e também o Presidente desta Comissão, Deputado Carlos Santana, que nós ainda estamos dentro da reunião de audiência pública. Houve uma formulação que deverá ser feita por escrito, e ela é passível de votação, inclusive para tornarmos ou não a sessão deliberativa.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu acho que nós estamos encerrando agora essa audiência e, antes de iniciar a outra, transforma ela em deliberativa e vota de uma vez.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, Deputado Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Eu gostaria, Sra. Presidenta, pela ordem, de apresentar esse requerimento em função até de que — e pediria que fosse neste momento a transformação, após a liberação da testemunha —, porque eu fui autor do Requerimento 225, lá atrás, convocando uma empresa, com relação ao solvente. Como o solvente será no dia de amanhã, exatamente eu pediria para que dê tempo da convocação ainda dessa empresa, tendo em vista os volumes surpreendentes que se vêm na movimentação de 2002/2003. Eu gostaria, então, de requerer desde já a transformação dessa audiência em deliberativa, para que o meu requerimento possa ser apreciado.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, Deputado Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Se quiser, por favor, a precedência, eu faço questão.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, o Deputado Lupion está há muito mais tempo nesta Casa, e eu quero aprender a beber da sabedoria do Deputado Lupion.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - À parte as gentilezas, concedo então a palavra ao Deputado José Carlos, por gentileza do Deputado Lupion.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Fiquei na dúvida agora, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Então, se você quer, concedo a palavra ao Deputado Lupion, por gentileza do Deputado José Carlos.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Existem dentro do nosso Poder, do Poder Legislativo, preceitos éticos, legais, políticos e morais a serem seguidos. Dentro de uma CPI, nossa responsabilidade é apurar a verdade. É a responsabilidade de trazer as pessoas que possam elucidar essa CPI. Qualquer ação contra uma testemunha, como é o caso do Dr. Eduardo Carvalho, que está sentado à mesa pela segunda vez, só pode ser feita mediante fato relevante. O fato relevante significa o quê? Que ele respondesse por alguma empresa que tenha sonegado informações, por alguma empresa que tenha feito qualquer tipo de atividade ilegal, por alguma empresa que tenha cometido algum crime. O que nós temos perante nós nesta mesa é o Presidente de uma das entidades mais respeitadas deste País, de uma entidade que tem a responsabilidade hoje de fazer com que a substituição do Instituto do Açúcar e do Alcool seja uma realidade. O desabastecimento que nós tivemos no passado não pode se repetir porque é um descrédito para o setor agrícola que mais dá emprego para o País. Não podemos, sob hipótese alguma, transformar aqueles que vêm de boa vontade aqui, que dão todas as informações, inclusive as que não são obrigadas a dar. E cito vários artigos, inclusive jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que ao depoente como testemunha, cabe tão-somente a ele responder... *“não configura crime de falso testemunho quando a pessoa, depondo como testemunha, ainda que compromissada, deixa de revelar fatos que possam incriminá-la”* — Ministro Carlos Velloso. Nós temos precedentes dos mais variados matizes aqui. E cito vários artigos neste momento. O que nós não podemos é criar o pavor de alguém vir para



esta Casa perante uma CPI e se negar, com base em lei, de contribuir. O Dr. Eduardo respondeu muito mais do que lhe foi pedido. O Dr. Eduardo chegou aqui e abriu o coração. Falou de coisas que nem lhe foram perguntadas, emitiu opinião que não era sua obrigação, e esse foi seu pecado. Hoje, neste momento, nós fazemos com que um cidadão, contratado em uma empresa, que tem serviços prestados ao nosso setor durante 3 anos, que todo o segmento reconhece, nós não temos o direito moral de vir aqui e fazer esse constrangimento. Nós temos a imprensa do Brasil inteiro aqui hoje olhando. Isso é uma situação vexatória para um cidadão; isso é uma situação vexatória para uma Comissão. Então, eu queria fazer um apelo aos meus pares. Como o nosso depoente se compromissou a dar todas as informações, inclusive até quarta-feira que vem, que nós pedimos, e tão-somente depois disso — e aí me valendo do meu Presidente Carlos Santana —, e só depois disso, de uma análise criteriosa feita, é que nós podemos tomar medidas punitivas. É muito grave nós partirmos para esse momento, para que os presidentes de entidades, não de empresas, sejam submetidos a esse tribunal inquisitório. Não aceito. Acho que nós temos que rever a nossa posição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sra. Presidenta, nobres colegas, gostaria de dizer ao nobre Deputado Abelardo Lupion que entendo a preocupação de S.Exa. Acho importantíssima sua fala, quando fala de um cidadão que realmente chega a uma CPI, fala a verdade, expõe o que conhece e passa as informações para que sejam feitos os levantamentos necessários. Faço esse requerimento de quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal da UNICA e de seus associados principalmente porque o Sr. Eduardo, a todo momento, declarou aqui que tem conhecimento total do setor. E quando as perguntas são pontuais, que colocam na ferida que a produção de álcool no Brasil, com 30%, é usada para lavagem de dinheiro e não existe declaração; que não sabemos como as empresas distribuidoras pagam as usinas produtoras de álcool anidro e hidratado; que se pergunta para o Sr. Eduardo onde a empresa pôs 32 bilhões de litros de álcool, declarando como consumo e evaporação, ele diz não ter conhecimento... Baseado em mais de 30%, declarações do próprio Sr. Eduardo, que esse setor faz parte hoje



na sua linha de produção; e que existe o consumo; e que são pagos os impostos pelos contribuintes. Simplesmente chega aqui o Sr. Eduardo declarando que ganha mais de 50 mil reais por mês, para vir a esta CPI falar o que ele falou, sonegar as informações que ele sonegou, e vai para todos os setores vendendo a boa-fé que o brasileiro tem com o programa. É importante, sim, o programa do álcool para o Brasil, é importante para as relações de emprego, mas é mais importante que esta CPI rastreie, verifique, investigue e ponha ordem nessa questão; porque começa no setor de produção a lavagem de dinheiro, a sonegação fiscal, passando pelas distribuidoras e colocando na mão do consumidor, pagando. É por isso, Sra. Presidenta, nobres colegas, que eu faço este requerimento. E acho que nós temos, por intermédio desse requerimento, de começar a dar exemplos, fazer os levantamentos necessários. E, ainda dentro do requerimento verbal, peço que faça um grupo de trabalho para começar a ver essa documentação lá na sede da UNICA, assim como nessas empresas que são afiliadas à UNICA e que estão aqui com essas declarações de volume, que não têm como dar explicação no sentido da forma que vem aqui nesta CPI, como veio o Sr. Eduardo, e que não dá nenhum esclarecimento nesse sentido para esta CPI. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Esta Presidência vai esclarecer ao Plenário que se encontra sobre a mesa também um requerimento de autoria do Deputado Marcus Vicente, com 9 assinaturas, que requer, nos termos regimentais, que parte desta reunião... que uma audiência pública, nesta data de hoje, seja transformada em reunião deliberativa, para apreciar o Requerimento nº 225/2003 e, conseqüentemente, também apreciar o requerimento que deverá ser formalizado pelo Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Queria aproveitar o ensejo, Sra. Presidenta, para pedir para colocar na pauta também o Requerimento nº 270, que requer que seja adiada por mais 60 dias esta CPI. É o Requerimento nº 270, de 2003, de minha autoria, que já está sendo subscrito por 15 Deputados desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sra. Presidenta, eu gostaria de solicitar que incluísse na reunião deliberativa um requerimento que vou apresentar neste momento — e acho que no gabinete já foi até colocado código de barra —, solicitando alteração no requerimento que apresentei e foi aprovado nesta Comissão no dia 4 de setembro, de convocação para informação, uma vez que a CPI não conseguiu localizar as pessoas para se apresentarem aqui.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Nós temos de seguir certos ritos, que o nosso Regimento Interno assim reza. Gostaria que V.Exa., Sra. Presidenta, perguntasse à Secretaria quais seriam os ritos necessários para que se incluísse neste momento qualquer tipo de mudança de audiência pública para reunião deliberativa. E, se isso acontecer, quais os membros e o prazo para que isso acontecesse.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Lupion, o art. 117 do Regimento Interno da Casa, que é comum a esta CPI, ele estabelece alguns parâmetros sujeitos à deliberação do Plenário. O que estaria sujeito à deliberação. No art. 117, serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados no Regimento e os que solicitem — V.Exa. tem em mão o Regimento — representação da Câmara, em Comissão interna; convocação de Ministro de Estado perante o Plenário; sessão extraordinária; sessão secreta; não-realização de sessão em determinado dia; retirada da Ordem do Dia de proposição... E são vários artigos — e vão até o § 19 — que eu gostaria que V.Exa. olhasse com atenção, porque inclusive tem alguns... Quando o art. 117 fala sobre o assunto, diz: *“serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados”*, inclusive nos itens abaixo... Então, eu quero dizer a V.Exa. que todos os requerimentos são passíveis de apreciação do Plenário. E eu vou, antes de dar a palavra pela ordem...



O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Gostaria de contraditar, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. não pode contraditar a Mesa, mas V.Exa. pode argumentar.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Eu posso argumentar uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não. Antes de V.Exa. argumentar, eu gostaria de ouvir o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidenta, em primeiro lugar, já que há proposições de inclusão de requerimento e com a justificativa de que vamos fazer uma urgência de solvente, baseado única e exclusivamente, eu peço a inclusão do Requerimento 230, que convoca as empresas UNIVEN Fabril e UNIVEN Petroquímica. Já que vamos fazer, se vamos fazer discussão de solvente, não teria sentido não fazê-lo.

(Não identificado) - Sra. Presidenta, pela ordem. O depoente está sendo orientado pela assessoria. Se for para ser orientado, que ele assente e preste o juramento de praxe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não. Atenderei a V.Exa. Apenas o Deputado Eduardo Cunha estava com a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Obrigado, Sra. Presidenta. Então, pediria a inclusão do 230. O segundo ponto é em relação a essa polêmica, sem entrar no mérito. O mérito eu expressarei pela minha votação. Se nós formos discutir que nós não podemos transformar a sessão de audiência pública em deliberativa e deliberarmos em qualquer coisa, então pode fechar a CPI. Nós já fizemos 50 dessas. Então, tudo o que nós fizemos foi ilegal. Então, nós estamos agora com outro problema político. Pode até não transformar, por voto, em deliberativa, pode até derrotar o voto. Agora, questionar que isso não seja possível significa pôr em dúvida tudo o que foi feito nessa Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A palavra, para contraditar, que V.Exa. me pediu, Deputado Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Não, veja bem, eu acho que nós temos regras aqui, que o art. 47 tem precedência — que é o artigo geral da Casa —



sobre os das Comissões, onde diz que: *“O Presidente da Comissão Permanente organizará a Ordem do Dia de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os critérios fixados no Capítulo IX do Título V. Parágrafo único. Finda a hora dos trabalhos, o Presidente anunciará a Ordem do Dia da reunião seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às Lideranças e distribuindo-se os avulsos com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas”*. Combinado com o art. 52, dos prazos, § 5º: *“A Comissão poderá, mediante requerimento de um terço de seus membros, aprovado pela maioria absoluta da respectiva composição plenária, incluir matéria na Ordem do Dia para apreciação imediata, independentemente do disposto nos parágrafos anteriores, desde que publicada e distribuída em avulsos ou cópias. Não havendo parecer, o Presidente designará Relator para proferi-lo oralmente no curso da reunião ou até a reunião seguinte. § 6º Sem prejuízo do disposto nos §§ 4º e 5º, esgotados os prazos previstos neste artigo, o Presidente da Câmara poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, determinar o envio de proposição pendente de parecer à Comissão seguinte ou ao Plenário”*. Enfim, nós temos aqui hoje, entendeu, apenas uma questão: de fazermos a coisa dentro dos prazos. É óbvio, nós estamos... são 17h13min. A Ordem do Dia está para começar. A partir do momento em que a Ordem do Dia começar, nós estamos impossibilitados de continuar os nossos trabalhos, porque o preceito da Ordem do Dia é superior ao da nossa Comissão, da nossa CPI. Então, eu queria fazer um apelo aos nossos pares neste momento: se nós pudéssemos fazer com que esses prazos sejam determinados, ficaria muito mais fácil. Nós temos que ouvir hoje ainda mais 6 pessoas. Já são 17h13min. Então, é o apelo que faço a V.Exa., Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Lupion, eu gostaria muito de poder concordar com V.Exa., mas infelizmente não poderia fazê-lo. Estou calçada no Regimento Interno, inclusive por deliberações anteriores. V.Exa. sugere que, na efetiva realização da continuidade dos trabalhos, havendo Ordem do Dia, que as Comissões sejam suspensas. Eu gostaria de dizer...

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Não, o que eu pedi, antes de mais nada, Sra. Presidenta, foi o seguinte: que o requerimento exige o apoio de um terço e deve ser aprovado por maioria absoluta. Apenas isso.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Lupion, eu acabei de ler para V.Exa. o requerimento que já tem um terço de apoio. Eu já estou com a pauta na mesa. Eu quero esclarecer que V.Exa. tem toda a razão quando diz que esta Casa não poderia funcionar as suas Comissões quando do funcionamento da Ordem do Dia. Só quero esclarecer a V.Exa. que já estou no meu quarto mandato nesta Casa e assim nunca foi feito. Portanto, eu não vou criar agora um novo comportamento. Se bem que, à luz da legislação, deveria ser assim. Todas as Comissões estão funcionando paralelamente a esta sala. O que eu quero fazer é suspender a reunião por 5 minutos para que esta Comissão possa conversar e se entender. Agora, jamais deixarei de deliberar os assuntos que estão aqui pautados regimentalmente, como é o caso do requerimento apresentado pelo Deputado Marcus Vicente e que tem apoio de um terço do Plenário desta Comissão. Eu suspendo a sessão pelo prazo de 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu queria convidar os Parlamentares para que nós fôssemos até a Ouvidoria para conversarmos um pouco. *(Pausa.)* Sobre a Mesa se encontram 2 requerimentos de autoria... sobre a mesa se encontram 2 requerimentos, ainda relativos a esta sessão, e nós temos que passar à votação, de transformar essa sessão em deliberativa ou não. Nesse momento estamos deliberando, já que todos os Deputados... algum Deputado gostaria de acrescentar alguma pergunta? O nosso depoente já se encontra no plenário. Alguma pergunta, Deputado?

(Não identificado) - Não. Eu só ia solicitar a V.Exa. isso. Se não houvesse mais, dispensasse...

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Eu só quero reafirmar a necessidade da documentação na quarta-feira. O depoente disse que na quarta-feira estaria todo o material aqui na Comissão. Então, quero reafirmar a necessidade desse material até quarta-feira que vem aqui nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Sr. Presidente da UNICA entendeu a formulação do Deputado? Por favor.

O SR. EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO - Cara Presidenta, reitero minha afirmativa de que a UNICA, atendendo ao pedido do nobre Deputado Carlos



Santana, e tendo declarado de antemão que tem o maior interesse em que esta Comissão possa concluir positivamente os trabalhos no sentido de coibir os atos que estão sendo discutidos aqui, a UNICA oferecerá um documento sucinto das proposições que, no nosso modo de ver, poderão ajudar a sanear esse mercado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sra. Presidenta, esse assunto está muito polêmico, muita celeuma, Presidenta.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Pode terminar com seu assessor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu tenho tempo para isso. O senhor é sempre muito educado, mas eu peço que continue fazendo uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Presidenta, como há essa celeuma, e como o assunto é polêmico e não há um entendimento, um consenso sobre o que nós vamos fazer na verdade, e está havendo a Ordem do Dia, a gente poderia tomar uma decisão posterior, não agora, deixar para tomar essa posição amanhã, em outra reunião, ou mais tarde, numa reunião de caráter reservado. Com certeza os convocados ficarão à disposição desta CPI para qualquer posição que nós venhamos a tomar. Mas vamos tomar uma decisão madura, sem nenhuma precipitação. Está tendo Ordem do Dia. Como há colegas nossos conversando, discutindo, o assunto está com alguma celeuma, e todos nós queremos o bem do Brasil e desta CPI, do setor produtivo do Brasil. Estão discutindo a prorrogação desta Comissão. Nós vamos ter tempo. Tudo isso nos leva a chegar à consciência de que nós precisamos prorrogar, dilatar o prazo desta CPI, para que a gente realmente estruture as coisas. Por exemplo, o Eduardo Gomes, Deputado que deveria estar aqui hoje, que está sendo Relator do setor do álcool, não está aqui, está em São Paulo. Acho que era de bom senso, de bom alvitre que a gente desse uma trégua e fizesse uma coisa com mais paciência. É um apelo que eu faço à Presidência.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Presidenta, eu quero invocar o art. 46 do Regimento Interno desta Casa. O art. 46, que eu já invoquei em outra sessão, no seu § 1º, diz: *“Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional”*. Está em curso neste instante, no plenário desta Casa, Sra. Presidenta, a Ordem do Dia da sessão ordinária desta Casa. O Presidente João Paulo, há poucos instantes... Recebi um telefonema da assessoria do PFL dizendo que o Deputado João Paulo teria ordenado que as Comissões que estivessem porventura em andamento teriam que suspender seus trabalhos enquanto estivesse em Ordem do Dia. Por isso, baseado no art. 46, inciso I, peço a suspensão desta sessão enquanto perdurar a Ordem do Dia. Logo após o encerramento da Ordem do Dia poderemos retomar os trabalhos. Enquanto isso não acontecer, para que decisão nenhuma tomada neste plenário possa ser anulada por qualquer um dos Srs. Deputados, eu peço à Sra. Presidenta o encerramento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Tem a palavra o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Eu acho que o nobre Deputado João Caldas foi feliz na sua formulação e na discussão, mas eu quero dizer ao nobre Deputado João Caldas que eu sento ali também, naquela cadeira, e não é de responsabilidade da Presidenta assumir isso. Existe uma proposição dos Deputados. Quem tem que assumir são os Deputados. Estou dizendo porque eu sento naquela cadeira ali, e a responsabilidade... Tudo aquilo que o nobre Deputado falou... Eu acho que a gente tem que ter serenidade para decidir as coisas. Eu acho que a gente tem uma responsabilidade enorme no encaminhamento, só que a Presidência que está ali... Eu sento ali e sei da responsabilidade. Ali a gente não tem que contemplar nem “a” nem “b”, é o Plenário que decide. Então há uma responsabilidade, e essa responsabilidade tem que estar com quem é responsável, que são os Deputados que formularam. A Presidência só encaminha o processo.



Essas coisas têm de ficar muito bem nítidas. A Presidência só encaminha. Quero reafirmar: acho que o João Caldas foi feliz na sua falação, agora, a responsabilidade não é da Presidência, e sim dos nobres Deputados que formularam. Foram eles os responsáveis pela formulação, para ficar isso bem nítido, para depois não ficar a responsabilidade. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidenta, quero uma resposta à minha questão de ordem, nobre Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos, como V.Exa. sabe...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. é uma constitucionalista, é uma Deputada experiente, de muitos mandatos, regimentalista, tenho certeza disso, muito mais do que eu, que estou aqui aprendiz, mas V.Exa. está com um requerimento sobre a mesa e não me cabe um questionamento mais desta sessão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Tenho certeza de que V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ... enquanto V.Exa. não decidir sobre a minha questão de ordem, invocando o art. 46, inciso I.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu vou decidir a questão de ordem de V.Exa., até por ser regimental, mas havia duas questões de ordem, e V.Exa. tão democrático... aliás, uma nova faceta que estou conhecendo de V.Exa., ser tão regimentalista, que eu gostaria de ter recorrido a V.Exa. nas sessões anteriores, onde vários Deputados se ausentavam para votar e voltaram a esta sessão. Como V.Exa. hoje está imbuído desse propósito de regimentalista que é, eu apenas vou conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, eu tinha antes pedido a V.Exa. para que fosse colocado em pauta. E conversamos também lá dentro com os demais pares o Requerimento nº 270, de 2003, que requer seja prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão por mais 60 dias, nos termos do § 3º do artigo do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o § 2º do art. 5º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952. *“Requeiro que seja prorrogado o prazo de funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito por mais 60 dias”*. A minha



justificativa é que, tendo em vista a impossibilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito concluir os seus trabalhos no prazo estabelecido pelo Ato da Presidência que a constituiu, entendo necessária a prorrogação do prazo de funcionamento desta Comissão por mais 60 dias, até porque temos ainda o álcool aí, o solvente. Não ouvimos quase ninguém desse setor, e seria muito ruim para nós fundamentar num relatório essas matérias sem que pudéssemos ouvir o segmento, essa área. Eu acho mais transparente nós, por esse motivo, prorrogarmos por mais 60 dias a Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sra. Presidenta, Deputados, eu até concordo com o requerimento do André Luiz, mas eu quero aqui pautar e dar apoio à menção feita pelo José Carlos Araújo, em função de que efetivamente não podemos deliberar para não termos o risco de podermos depois ter uma decisão contrária da Mesa da Casa.

(Não identificado) - Só hoje que não podemos. Só hoje.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Não. Em outras oportunidades...

(Não identificado) - Vamos ter sessão. Noite adentro vai ter sessão.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - ... em audiência pública, em que os Deputados iam votar... estava em depoimento. Eu não me lembro de nós estarmos votando alguma decisão e termos interrompido para votar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, Deputado Eduardo Cunha.

(Não identificado) - A Justiça não socorre os que dormem. Dormiram nas sessões passadas, mas então agora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Bom, em primeiro lugar não estamos ainda em sessão deliberativa, continuamos na audiência pública. Teria que ser votada a transformação em sessão deliberativa. Então, ainda continuamos em audiência pública. Em segundo lugar, V.Exa. lembrou bem e eu me lembro bem: na semana passada, na votação da Lei de Falências e Concordatas, nós quebramos o



sigilo bancário do Sr. Ari Natalino, em todas as empresas, no meio da votação, de chamada nominal. Então, deixar isso muito claro, embora... mais uns 5 ou 6. Embora, realmente, o Direito não socorra os que dormem, seria a expressão mais correta, mas na realidade nós não podemos ter casuísmos aqui. Ou fazemos de uma forma, ou não fazemos. Tem votação nominal? Não tem nem votação nominal agora. O fato de ter iniciado a Ordem do Dia? Então, nenhuma sessão que foi feita aqui teria sido válida. Nós podemos, então, logo encerrar a CPI, porque está tudo sob a base da ilegalidade. O fato de ter dormido...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Art. 95, Presidenta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - ... o fato de ter dormido não significa que o ato ficou legal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado João Magalhães, pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidenta, art. 95.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Deputado João Magalhães está com a palavra, pela ordem, Deputado José Carlos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Estou pedindo uma questão de ordem do art. 95.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - É a mesma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sra. Presidenta, questão de ordem. Caso a questão de ordem do Deputado José Carlos Araújo seja julgada procedente, eu gostaria que V.Exa. determinasse que tudo aquilo que foi deliberado, que foi realizado, durante a Ordem do Dia, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito fosse excluído das notas taquigráficas, uma vez que nenhuma delas tem nenhuma validade. Só isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos, eu tenho certeza de que V.Exa. ouviu, com atenção, o Deputado João Magalhães. É de toda a responsabilidade de V.Exa. as colocações, porque o Deputado acaba de solicitar a esta Mesa que todos os atos realizados nas sessões ordinárias deliberativas, durante a Ordem do Dia, sejam excluídos e sejam desconsiderados. V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputada, preste atenção: o do passado fica por responsabilidade do Deputado João Magalhães e da Presidência. De hoje, agora, sob minha responsabilidade. E questiono a interpretação do Regimento no que tange às questões de ordem. Art. 95, § 6º: *“Depois de falar somente o Autor e outro Deputado que contra-argumente, a questão de ordem será resolvida pelo Presidente da sessão, não sendo lícito ao Deputado opor-se à decisão ou criticá-la na sessão em for proferida”*. Portanto, Deputado, depois da minha questão de ordem, do art. 45, § 2º, da anterior, só um único Deputado poderá usar da palavra para se opor ao que eu levantei. Fora isso, V.Exa. tem que decidir. É o que diz o Regimento Interno da Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vou decidir, Sr. Deputado. Só quero esclarecer a V.Exa. que aqui não estava encaminhamento de nenhuma votação. V.Exa. questionou, e eu vou decidir sobre a questão de ordem. Agora, V.Exa. tem que entender que a questão de ordem relativa aos outros Deputados tem preferência. Pela ordem, Deputado Carlos Santana. V.Exa. leia o Regimento Interno, que está claro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Eu quero anunciar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não é o que diz o Regimento no seu § 6º. Depois de levantada a minha questão de ordem, só um Deputado poderá falar em sentido contrário. Fora isso, mais nenhum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não há impedimento. Deputado, eu tenho que esclarecer a V.Exa.... V.Exa. acabou de me chamar de Deputada antiga, e eu concordo. Eu quero dizer a V.Exa. que não há oposição...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Antiga na Casa, só na Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Mas é com muito prazer, o que vai me dar um pouco de experiência para contradizer V.Exa. Não há nada a opor que outras questões sejam levantadas ao mesmo tempo. O Regimento não fala e não delibera dessa maneira. Podemos ler em conjunto. Com a palavra o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Eu quero, primeiro, anunciar a presença dos companheiros ferroviários presentes nesta reunião. E eu, como



ferroviário... muitos daqueles dali... eu fiz café na oficina para eles. Se eu estou aqui é por causa daqueles companheiros que estão ali.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O café deve ter sido muito ruim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Nada, nada disso. Porque tinha que fazer, porque tinha que alimentar. Então, para mim, é um orgulho. E queria também o apoio dos nobres Deputados, porque os documentos que eles estão fazendo... são aposentados e estão fazendo um documento contra a extinção da Rede Ferroviária, que está em processo de liquidação. E eles vão correr vários corredores pedindo apoio a essa questão. Eu quero dizer... eu quero deixar bem claro ao nobre Deputado João Magalhães: João Magalhães, tudo o que a gente está fazendo nesta Comissão é por consenso. Então, as posições anteriores é porque tinha consenso. Nós temos um problema que é um problema político. E nós somos políticos. Quem tem de resolver isso somos nós. Ninguém mais vai resolver. Não vai ser lá fora, não vai ser conversando com Fulano, conversando com Beltrano, que nós vamos resolver. Nós estamos com a posição. Então, eu quero deixar... esse mesmo artigo que o nobre Deputado José Carlos Araújo está indagando, já foi feito isso quando eu estava na Presidência. E eu tive que encerrar a reunião. E acabou. Agora, há uma questão que eu acho que a gente não pode... é muito simples. Se eu cometi um erro... Eu acho que todo o mundo deveria sentar nessa cadeirinha como Presidente, todo o mundo. Passar uma sessão como Presidente. Porque é sempre assim: jogam a responsabilidade para o Presidente. Então, eu quero, Presidenta, elogiar o seu trabalho, como está fazendo a condução, acho que está sendo extremamente importante. Nós temos que definir. Esse setor é extremamente... E aí tem que ficar... A imprensa está aí. É um setor extremamente forte na economia brasileira. Eu quero dizer... porque eu fiz uma pergunta: 30% desse setor sonegam. Esse setor não é um setor produtivo que vai lá, que constrói essas coisas e tal. Mas, quando vai para a área de produção e quando vai para o posto de gasolina, é uma vergonha. Não tem fiscalização nenhuma, nova Presidenta. Não tem fiscalização nenhuma. Então, quero deixar bem claro isso.

(Não identificado) - Questão de ordem, Presidenta.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Olha, eu queria apenas...

(Não identificado) - Uma questão de ordem também, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu quero... Deputado José Carlos, eu gostaria que V.Exa. entendesse que nós não estamos em sessão deliberativa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu sei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Essa discussão está se travando dentro da sessão de audiência pública.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu sei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - E V.Exa. vai permitir um pouquinho...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É sessão. Audiência pública deliberativa. É sessão, tem que ser, pelo Regimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com certeza. Agora, V.Exa. vai me permitir...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu só queria lembrar a V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Padilha, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sra. Deputada Presidente, Srs. Deputados, eu vejo esse tema com relativa facilidade para ser resolvido. Eu não tenho juízo. É uma questão que deve ser resolvida pela nossa Presidente. Só que, com relação às sessões anteriores — eu acho que o debate é muito interessante, é bom — , como nós estamos com o tempo um pouco restrito, eu sugeriria que a gente lembrasse que todas as atas foram aprovadas e ninguém levantou nenhum óbice às atas. Portanto, quer-me parecer que as que passaram passaram. E, efetivamente, *dormientibus non succurrit jus*. Quer dizer, nós todos concordamos que fosse assim. Aprovamos as atas. Aconteceu mesmo. Agora, o Deputado José Carlos Araújo não concorda. Eu acho que ele tem... Pelo menos tem que haver uma decisão com relação ao requerimento dele.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com certeza. Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sra. Presidenta, eu quero dizer o seguinte: se a gente entrar por essa polêmica, cada vez mais fico convencido de que vai haver um entrave tão grande nesta Comissão que nós não vamos para lugar nenhum, porque, se for discutir mérito das coisas aqui, as coisas não vão andar. Então, a questão de ordem do Deputado João Magalhães preocupa a Comissão, porque ela vai ter que ser julgada. Então, passa pela Comissão de Justiça, pelo Plenário, tem prazo, e o Relator vai fazer um relatório aí com um bocado de coisa aí que está *sub judice* já. A partir de agora já está. O relatório já começa a ter defeitos, porque está com uma questão de ordem de V.Exa. Então, o que foi deliberado aqui, nas várias sessões, que não podia ser deliberado, quando estava havendo Ordem do Dia, isso é claro, isso não tem eficácia jurídica nenhuma — número de plano. Então, essas coisas... Não vamos nem discutir isso por aí. Agora, o que nós estamos pedindo aqui é para postergar essas decisões para fazer as coisas dentro de um bom senso. O que nós estamos pedindo é isso. Se nós estamos entrando no pé da letra do Regimento, então vamos dar uma ré aqui tão grande que vai precisar mais de 120, não só de 60 dias, mais de 6 meses, para começar tudo do zero. Então, o que a gente está querendo é que a Presidente suspenda, faça qualquer coisa, e a gente vai decidir isso na frente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Só que não pode fazer... Acho que tem que deliberar agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu vou deliberar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Em respeito ao Deputado Carlos Santana...

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Olha só, eu quero... Por isso que eu quero fazer as coisas em claro. Todo mundo... Eu quero dizer que tem que ter. Se não tiver uma unidade de procedimento nesta Comissão, não precisa nem a gente, entendeu, vir amanhã. Tem que ter o sentar, o discutir o que que vai encaminhar, porque, se ficar da forma, do jeito que está, assim, é uma desmoralização, é uma desmoralização para todo o conjunto que está aqui,



entendeu? Então, acho que nós temos que sentar. Eu acho que o João Caldas está corretíssimo, o Coronel está corretíssimo no encaminhamento, porque nós temos que achar uma solução. Não pode, no meio de uma audiência como essa, a gente ficar aqui... Parece que tem várias posições, ou no fundo é uma posição única, entendeu? Então, nós temos que achar uma solução, porque eu acho que o encaminhamento, da forma como ele está não está dando para comandar e nem continuar essa forma de debate como nós estamos fazendo aqui.

(Não identificado) - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu pretendo deferir... Deputado João, o que tão simples parece não será tão simples daqui para a frente. Eu vou conceder a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Sandro, mas queria alertar que o Deputado José Carlos levantou uma questão que é pertinente, que é regimental, mas que também coloca sob suspeição — me desculpe o Deputado Padilha —, para que qualquer Deputado desta Comissão possa, inclusive, invalidar o relatório, que será elaborado pelo Relator. Isso tem uma consequência muito grave. Desculpe-me, Deputado, mas o Regimento que V.Exa. leu, ele é absolutamente pertinente e vou deferi-lo. Agora, V.Exa. tenha em mente que não é por estar certo ou errado que nós vamos decidir dessa maneira. É porque está absolutamente pertinente. Como esta Casa funciona assim, os horários são cumulativamente das Comissões e das sessões...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - V.Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não. Eu não quero discutir com V.Exa. Eu agora estou querendo decidir a questão de ordem. Mas...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Eu não quero discutir com V.Exa., nem me passou por minha cabeça.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não, eu só discuti no bom sentido, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Pela ordem, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Por favor, peço a...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Antes de encerrar, vou ouvir os 2 únicos Deputados que restam e vou decidir a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Eu, não? V.Exa. não me vai ouvir?



O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Sra. Presidenta,...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Ouço, com prazer, V.Exa., depois que definir a questão de ordem. Ouviremos os Deputados Sandro Matos e Deputado André Luiz. Depois, vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Sra. Presidenta, eu vejo com uma grande facilidade de se resolver esse problema. Porque, na verdade, toda a discussão está entrando no mérito, dessa discussão, justamente pela falta de tempo. E nós estamos vendo a todo o momento que essa CPI precisa de mais tempo, ou seja, mais prazo. Temos sobre a mesa um requerimento do nobre Deputado André Luiz que requer, justamente, a extensão de mais 60 dias para o prazo total da CPI. E por que não votarmos essa extensão de prazo para que aí, sim, possamos ter mais tempo para estarmos deliberando completamente as questões dentro da CPI?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Porque não estamos...

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - E aí ficaria muito mais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - ... diante de uma reunião deliberativa.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Sim. Mas transformaríamos em uma reunião deliberativa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Essa é a discussão.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Aí, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A discussão, Deputado é a seguinte.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Era só...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Deputado José Carlos contesta, com base no Regimento Interno — deixe-me ver o artigo: art. 95 § 6º. Desculpem-me. Art. 46. E S.Exa. coloca sobre essa questão de estarmos realizando uma reunião, seja ela audiência pública ou não, estarmos realizando uma reunião cumulativamente com a sessão do plenário no período da Ordem do Dia. Estamos vendo que a luz está piscando aqui, sinalizando a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Sim. Mas com um entendimento até com o Deputado José Carlos, se S.Exa. for também a favor...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Então, quando S.Exa. pede, quando S.Exa. solicita aqui, eu aplico o Regimento Interno, eu não posso deixar de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Sim. Mas é apenas uma questão simplesmente política. Podemos ter um entendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Apenas coloco para S.Exa. as conseqüências de tudo isso.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Nós podemos ter um entendimento, uma vez que o Deputado José Carlos também... Automaticamente transformar essa reunião em reunião deliberativa e, com isso, votar o requerimento do Deputado André Luiz? Aí, sim, suspenderíamos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A questão que foi levantada pelo Deputado só S.Exa. pode retirar a questão e eu tenho que deliberar sobre a reunião. Então, eu acato a reunião. Eu vou acatar...

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Então, pediria ao Deputado José Carlos que levasse em consideração o nosso pedido aqui, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos, o Deputado lhe está dirigindo a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Sra. Presidenta, ao iniciar os trabalhos de hoje eu não estava aqui. Quero fazer uma indagação. Não foi lida em função de ser audiência pública, não foi lida a ata da sessão anterior.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não foi lida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É verdade. Mas na reunião passada foram lidas as atas das sessões anteriores. Então, convalidou todas as decisões, todas as decisões foram convalidadas ao serem lidas as atas, por todos nós as termos aprovado. A única reunião pendente que podemos tomar decisão sobre ela é a anterior. Essa está pendente, logicamente. Se nós invadirmos o horário da Ordem do Dia essa pode ser discutida, fora da reunião.

(Não identificado) - Sra. Presidenta, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Essa aí vai ser o fim da picada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Quero assegurar a palavra ao nobre Deputado José Carlos Araújo.



O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Deputado José Carlos, por favor. Se nós tivermos que manter todas elas e cancelar essa última isso vai ser um absurdo. Cancelar essa última, pela amor de Deus. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, é a única saída.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos Araújo, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sra. Presidenta, a questão é a seguinte: Deputado José Carlos....

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por favor. V.Exa. quer um aparte da minha questão de ordem?

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Deputado José Carlos Araújo, eu vou acabar com a polêmica. Eu vou ao plenário, agora, levantar uma questão de ordem do Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. está nervoso, tenha calma.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos Araújo conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Se o Deputado João Caldas, que é um homem educado e amigo, puder ouvir minha questão de ordem, eu lhe agradecia, eu lhe agradecia. A educação de V.Exa. é um primor. Pois é, muito obrigado, nobre Deputado. Estou pedindo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Nobre Deputado, V.Exa. poderia concluir? Porque V.Exa. agora já está ferindo o Regimento Interno que V.Exa. avocou. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não sei o que V.Exa. tem contra mim hoje. *(Risos.)* Eu não sei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não. Deputado, Deputado,...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sra. Presidenta, eu topo, depois da Ordem do Dia, voltar para deliberar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu vou suspender...



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Antes que V.Exa. suspenda, Sra. Presidenta,...

(Não identificado) - Minha questão de ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Há 2 Deputados inscritos: Deputados André Luiz e Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, temos que ter um mínimo de coerência, está certo? Já aqui, por diversas vezes, em audiência pública, suspenderam os trabalhos para que houvesse audiência secreta, e audiência deliberativa também. Creio que será muito coerente, efetivamente, que se possa melhorar o trabalho da CPI — e há uma preocupação de 15 Deputados aqui hoje, pelo menos que conversamos — e que façamos por mais 60 dias o prazo, abrimos o prazo por mais 60 dias para que possamos debruçar sobre a questão do álcool e do solvente que ainda não foi definida e ainda não foi tratada. Então, acho de extrema importância que façamos dessa forma, para que possamos fazer um bom trabalho. Eu acho que o Relator vai ganhar tempo e nós poderemos até criar a figura das sub-relatorias, que não foi criada, agora nessa reta final, até para ajudar o Relator. Vejo a preocupação do Relator hoje de preparar um grande trabalho para que possamos votar este relatório final.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra.

SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Em primeiro lugar, eu quero lamentar toda essa discussão que está sendo um casuísmo. Nós estamos aqui apenas porque, numa situação específica, estão levantando óbices que não foram levantados em nenhum outro momento. Dessa forma, solicito a V.Exa., se V.Exa. for tomar a decisão de acatamento da questão de ordem, então que suspenda a sessão, inclusive, audiência pública e remarque para às 20h, quando termina a sessão ordinária.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Assim será feito. Suspendo a presente sessão até o final da Ordem do Dia. Pois não, Sr. Deputado.

(Não Identificado) - Sra. Presidenta, antes de V.Exa. decidir, gostaria de fazer uma proposta intermediária: O Deputado José Carlos retira a questão de ordem dele, eu retiro a minha questão, todo mundo retira, a gente continua com as



audiências públicas e, mais tarde, se assim for conveniente e o Plenário assim decidir, a gente transforma a última sessão em sessão deliberativa.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sra. Presidenta, eu só gostaria de fazer um pedido a V.Exa. Antes de encerrar a audiência pública, dispensar o nosso... Já terminou o seu depoimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Com todo o respeito que tenho pelo Deputado João Magalhães... Não. Eu quero dizer... Ou define ou não define, porque não pode esse negócio... O Eduardo foi feliz, quando falou lá, todo mundo. Eu quero deixar bem claro: a posição da Presidência é a mesma minha. Quando terminar, nós voltamos às audiências públicas, no meio da audiência pública faz o requerimento, se a posição majoritária for vencedora da quebra de sigilo, vai ser da quebra de sigilo, se for transformar em Ordem do Dia e, na Ordem do Dia, tiver a quebra de sigilo, se tiver prorrogação na deliberativa... Tudo isso quero deixar bem claro. Não dá para sair daqui, entendeu? Ah, porque isso e aquilo outro, porque senão depois, quem vai assumir a Presidência depois vai ter problemas, logicamente. Então, eu quero saber a posição da Presidenta, bem clara, para quando eu sair daqui até para eu saber informar se vou retornar ou não vou retornar aos trabalhos. E amanhã também. Claro, eu quero saber disso!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não, Deputado. Antes de mais nada, queríamos agradecer a presença do Sr. Eduardo Pereira de Carvalho, Presidente da União de Agroindústria Canavieira de São Paulo — UNICA/SP — pelos seus esclarecimentos e declaro encerrada a presente sessão. Não tenho como atender a meio artigo do Regimento Interno. Vamos encerrar esta sessão de audiência, retornaremos depois da Ordem do Dia.

(Não Identificado) - V.Exa. vai encerrar ou suspender?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vamos suspender.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Declaro reabertos os trabalhos da presente reunião. Convido os Srs. Deputados a tomarem assento, para que possamos deliberar na presente sessão. Requerimento para transformar a sessão de audiência pública em sessão deliberativa.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Requerimento de quem, Sra. Presidenta? De qual Deputado?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deixe-me ver aqui de quem é.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Foi requerido verbalmente, Sra. Presidenta, na sessão. mas se não houver condição, eu requeiro verbalmente sessão deliberativa.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputados Rogério Silva e Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Extrapauta, não é, Sra. Presidenta? Em reunião deliberativa, é necessário pauta. Não tendo pauta, deve ser extrapauta. Para o requerimento, é preciso 8 assinaturas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Esclareço a V.Exa. que todos os meus requerimentos, apresentados extrapauta, tem mais de 8 assinaturas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Da mesma forma, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A Presidência está conferindo, Deputado José Carlos Araújo, se os requerimentos que estão à mesa contêm as assinaturas de apoio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Quero esclarecer que todos os meus requerimentos têm assinatura do nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidenta, V.Exa. deveria, em primeiro lugar, transformar a reunião em deliberativa, depois, faria o procedimento da deliberação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Retiro a assinatura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Marcus Vicente se encontra presente? (*Pausa.*) Eu preciso do apoio do Plenário para transformar a reunião em deliberativa.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. submeta o Plenário a voto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Estava esperando que houvesse *quorum* no plenário.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Se alguém pedir verificação, não é, Sra. Presidenta? Se houver pedido é que fazemos a chamada nominal. V.Exa. suspendeu a reunião, que continua a mesma. V.Exa. submeta a voto e, se alguém pedir verificação nominal, que haja chamada. O *quorum* está mantido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vou consultar a Mesa para ver se faço da mesma forma que no plenário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Art. 52, inciso V...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vamos submeter à votação o pedido verbal dos Deputados Marcus Vicente e Eduardo Cunha para transformar a reunião em deliberativa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Art. 52, inciso V, nobre Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pode falar "Presidenta", para acostumar. Deve ser § 5º, não, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim, § 5º, desculpem-me.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - "*§ 5º A Comissão poderá, mediante requerimento de um terço de seus membros, aprovado pela maioria absoluta da respectiva composição plenária, incluir matéria na Ordem do Dia para apreciação imediata, independentemente do disposto nos parágrafos anteriores, desde que publicada e distribuída em avulsos ou cópias. Não havendo parecer, o Presidente designará Relator para proferi-lo oralmente no curso da reunião ou até a reunião seguinte*".

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, poderíamos aproveitar e marcar, com aquiescência de todos os presentes, reunião para amanhã, às 10h, para definir a questão dos requerimentos. Hoje, ouviríamos as testemunhas convocadas, até porque é uma falta de respeito não ouvir essas pessoas que vieram de longe, e marcaríamos para amanhã, às 10h, para tratar da questão...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. levantou questão de ordem. Vou colocar em votação a transformação da reunião em deliberativa. V.Exa. exige que o que será votado deva ter cópia para ser distribuída. Logo em seguida vou suspender a sessão e mandar fazer cópia para os Parlamentares sobre todos os requerimentos que estão sobre a mesa. V.Exa. sabe o tempo que isso demanda, mas todos temos paciência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não tem número, Presidenta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É a mesma sessão. Se a chamada... Submeter à votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidenta, o encerramento da última...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Estamos no processo de votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não fala que tem de pedir... é obrigatoriamente nominal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Será nominal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É obrigatório, está escrito aqui.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Para votar requerimento, é nominal. Aí já está virando... Aí vai mudar toda a regra do jogo; é brincadeira! Vamos acabar a CPI logo. Virou brincadeira! Vamos encerrar a CPI

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Vamos pôr a *pizza* no forno, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Está escrito, está escrito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O que está escrito, Deputado José Carlos? V.Exa. pode ler?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. pode ler o que está escrito?



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - “A Comissão poderá, mediante requerimento de um terço de seus membros, aprovar, por maioria absoluta da respectiva comissão Plenária, incluir matéria da Ordem do Dia para apreciação imediata, independente do dispositivo do § anterior, desde que publicado”...

(Não identificado) - Nobre Deputado, isso é para deliberação com a sessão deliberativa instalada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Isso é para deliberação de matéria. Deputado, com muita paciência. Estamos num processo de votação. Vamos votar agora se transformamos ou não a sessão em deliberativa. V.Exa. tenha um pouco de paciência e, se quiser, depois requeira prazo para cópia, para deliberar sobre *quorum*. Em votação. Os Deputados que aprovam... Aliás, vai ter de ser nominal. Vamos lá. Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Contra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pode ser simbólica? O Secretário está dizendo que pode ser simbólica, porque não houve pedido de verificação. Os Deputados que aprovam a transformação da presente reunião em sessão deliberativa...

(Intervenção inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. me desculpe, estou em processo de votação. V.Exa. faça depois. Estou em processo de votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sra. Presidenta, pela ordem. Quero dizer a senhora que neste exato momento estou saindo da CPI, porque isso aqui virou *pizza*, não tenho dúvida, já acabou em *pizza*. Eu estou fora. Isso é brincadeira, não é coisa séria o que estamos fazendo aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A primeira questão é que, quando foi levantado o pedido de verificação de *quorum*...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu pediria ao Deputado Nelson Bornier que voltasse e explicasse por que virou *pizza*. *(Risos.)* A gente precisa saber.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ainda não virou, mas está caminhando para ir para o forno.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sim, mas ainda não foi para o forno. Então, vamos aguardar. Não é por aí. As coisas devem ser postas claramente...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Já estão acendendo a lenha.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Tem de ter clareza, transparência. Faço parte desta CPI e quero saber o porquê. Acho que não é por aí. Há de haver responsabilidade, somos membros da CPI, temos nossos nomes aqui. Acho que não é assim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não cabe à Presidência fazer observações de qualquer natureza sobre o comportamento de Parlamentares. Mas quero dizer que estamos, durante todo esse tempo, conduzindo com a maior lisura, ouvindo os Deputados, todas as questões de ordem, esclarecendo, algumas até, vamos dizer, impertinentes. Estamos tentando conduzir a bom termo, o Relator está trabalhando, todos aqui estão trabalhando.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - O que for impertinente vamos discutir. O Plenário...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Nesse caso, o Deputado Nelson Bornier não estava muito satisfeito, retirou-se. Não é o caso de a sessão ser tumultuada, de nenhuma forma. Vamos fazer verificação de *quorum*.

(Não identificado) - Presidenta, qual foi o resultado da votação simbólica?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Contra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Luciano Zica. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Bassuma. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidenta, só um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidenta, um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Excelência tenha a santa...



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu quero que V.Exa. explique: quem votar “sim”, o que vota; quem votar “não”, o que vota. Explicar a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Até hoje eu aprendi que “contra” é “não”. Paulo Rubem Santiago, ausente.

(Não identificado - É que na Bahia é diferente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Carlos Melles. *(Pausa.)* Ausente; José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sra. Presidente, me desculpe a insistência, eu quero saber como vou votar. Se eu votar “não” é a favor? O que e como. Tem de explicar o que é a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Nós colocamos a transformação da sessão em sessão deliberativa. Logicamente que aqueles que disserem “não” são contra a transformação em sessão deliberativa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É isso que eu queria. Eu demoro um pouco para entender, Excelência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu, com prazer, atendi V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É por isso que eu gosto da senhora cada vez mais. A senhora é didática.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos Araújo. Paes Landim, ausente. André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - “Sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eliseu Padilha, “Não”;

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - “Não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - José Borba, ausente; Eduardo Gomes, ausente; Rafael Guerra, ausente; Dilceu Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - “Não”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Mário Negromonte, ausente; Iris Simões, ausente; Marcus Vicente, ausente; Jaime Martins, ausente; João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - “Sim”.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Dr. Evilásio, ausente; Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - “Sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pompeo de Mattos, ausente; Daniel Almeida, ausente; Professor Irapuan, ausente. Suplentes: Fernando Ferro, ausente; João Grandão, ausente; João Magno, ausente; Maria do Rosário, ausente; Abelardo Lupion, ausente; Gervásio Silva, ausente; Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - “Sim”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - “Sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Mauro Lopes, ausente; Nelson Bornier, ausente; Helenildo Ribeiro, ausente; João Campos, ausente; Alexandre Santos, ausente; João Pizzolatti, ausente; Luís Carlos Heinze, ausente; Sandro Matos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - “Sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Maurício Rabelo, ausente; Miguel de Souza, ausente; Pastor Francisco Olímpio, ausente; Dimas Ramalho, ausente; Rogério Teófilo, ausente; Severiano Alves, ausente; Ildeu Araújo, ausente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidenta, se não atingir o *quorum*, peço que faça segunda chamada. Isso é regimental.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vamos outra vez.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não entendi. Não tem segunda chamada, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu posso, atendendo o Deputado Eduardo Cunha, conceder um tempo para que os Deputados que não se encontram possam vir ao plenário. É a única coisa que eu posso fazer. É esse o pleito de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vamos proferir o resultado: 10 Parlamentares presentes à sessão. Quantos votaram? (*Pausa.*) Seis “sim” e quatro “não”.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual é o *quorum*, Sra. Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Dez Parlamentares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Seis a quatro. Caiu a sessão, por falta de *quorum*.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual é o *quorum*?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos, se V.Exa. quiser assumir a Mesa, nenhum problema.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A minha questão de ordem é qual é o *quorum* para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Seis Deputados votaram “sim”, quatro votaram “não”, *quorum* de 10 Parlamentares presentes à sessão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Qual é o *quorum* para poder manter a sessão?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Doze.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Treze, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Treze.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não tem *quorum*, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. deseja que eu dê um prazo de 10 minutos?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu desejaria que V.Exa. desse um prazo, porque havia Parlamentares aqui na sala ao lado. Isso mostra que eles não quiseram comparecer, para não dar *quorum*.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidenta, pela ordem. Foi proclamado o resultado, não tem mais prazo. Vai fazer outra votação? A senhora proclamou o resultado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A qualquer momento, enquanto houver sessão de audiência pública, pode-se fazer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A Presidenta proclamou o resultado. Não há mais como votar essa questão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pode haver um outro requerimento. Eu requiro novamente a transformação em sessão deliberativa.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas nesta sessão não pode mais, Presidenta, só se for em outra sessão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É outro requerimento. Nós não estamos em sessão, nós estamos em audiência pública. Nós estamos numa audiência pública, não estamos em sessão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nesta audiência pública V.Exa. não pode...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não existe isso. Não tem nada regimental que indique que numa audiência pública eu não posso repetir um requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A votação foi encerrada, Presidenta, e proclamado seu resultado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu queria comunicar aos Parlamentares que a discussão seria possível porque nós não encerramos ainda a sessão. Mas estamos verificando que não há *quorum* para continuar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu tenho uma questão de ordem, Sra. Presidenta. O Deputado José Carlos Araújo levantou um ponto que é uma questão de ordem que eu gostaria que a Mesa dirimisse.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Nós estamos numa audiência pública e a qualquer momento qualquer Parlamentar pode fazer um requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E ele pode ser submetido à votação. Não é porque ele foi submetido à votação que daqui a 30 minutos não se pode fazer outro. E pode ser feito até oral.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu esclareço ao Deputado o seguinte. Nós estamos ainda em audiência pública. Não conseguimos, pelo *quorum*, transformar esta sessão em sessão deliberativa. A audiência pública continua, a não ser que os Srs. Parlamentares queiram suspender a presente sessão.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Minha questão de ordem não foi essa, Sra. Presidenta. A audiência pública eu sei que continua. Nós não estivemos em nenhum momento em sessão deliberativa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Nós estamos deliberando se iríamos transformá-la em deliberativa. Então eu lhe pergunto se daqui a 30 minutos, se eu quiser, posso requerer novamente, quando houver *quorum*, a audiência pública para deliberar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - É regimental.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sra. Presidenta, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu gostaria de consultar o Plenário apenas com relação à questão da produtividade da sessão. Nós temos ainda...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sra. Presidenta, uma questão de ordem sobre o assunto que a senhora está colocando em pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Questão de ordem concedida.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sra. Presidenta, nobres colegas Deputados e Deputadas, eu fiz um levantamento do setor do álcool com todo o carinho para esta CPI. Tenho aqui dados, por exemplo, de uma reportagem de um jornal do meu Estado que diz o seguinte: *“Caminhão de álcool é preso por fazer descarga ilegal. A Secretaria da Fazenda e Polícia Judiciária Civil, Delegacia Fazendária, apreenderam ontem um caminhão com álcool hidratado destinado a Paulínia, São Paulo, mas que estava sendo descarregado nos tanques de Ultra Distribuidora Petróleo Ltda., no distrito industrial em Cuiabá, o que caracterizou sonegação de ICM. O proprietário da carga carregou o álcool numa usina em Barra do Bugre, com destino à empresa Bompetro Distribuidora de Petróleo e de Álcool Ltda., em Paulínia. Para transportar o produto, foi contratado um caminhão que levaria o álcool até o local determinado. Porém, ao chegar em Cuiabá, a carga de álcool de 44 mil litros foi desviada da rota original, e parte dela, 22 mil litros, foi descarregada na Ultra Distribuidora, até o momento do flagrante dado pela Polícia*



Judiciária Civil, Delegacia Fazendária. Segundo declarações do atendente da Ultra, que estava na empresa no momento da apreensão, o produto era para a Mágica Transportes Rodoviários. No entanto essa empresa não tem contrato de cessão de espaço com a Mágica. Ainda de acordo com o atendente, falou que no mesmo dia já havia sido descarregado no local um outro caminhão de álcool com 45 mil litros. Conforme a fiscal da SEFAZ que acompanhou a operação, há fortes indícios que essa prática de sonegação esteja ocorrendo há algum tempo no Estado do Mato Grosso". Faço essa leitura dessa reportagem recente do meu Estado, Sra. Presidenta, porque aqui, no levantamento que fiz, várias empresas, com informações do Ministério da Agricultura, com total de produção, total de venda e total de estoque, com informações que não batem com informações da ANP, onde empresas, usinas de álcool e açúcar, com grandes volumes no mercado, associados da UNICA, não apresentam nenhum movimento até de vendas desse produto. Considerando isso e os levantamentos que fiz, Presidenta, eu quero retirar os requerimentos que estão aí para serem ouvidos nesta CPI, da COPERSUCAR, e quero levar para os meus levantamentos do setor sucroalcooleiro que eu fiz. Levar diretamente ao Ministério Público para que faça o levantamento. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Cumprimento V.Exa. pela sua atitude, porque realmente V.Exa. está coberto de razão.

(Não identificado) - Pela ordem, Sra. Presidente. Gostaria de dar o apoio ao companheiro Rogério, e pode contar também como o nosso apoio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Presidenta, nobre Presidenta, pela ordem. Nobre Presidenta, pela ordem. Eu acho que a gente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Carlos Santana com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - A gente não pode ser hipócrita. E se tem uma coisa que eu aprendi foi que a gente não pode ser hipócrita. Na minha intervenção lá dentro, eu deixei claro que não é só isso, não, Rogério. É todo o trabalho que você fez de tudo. Tudo que você fez tem que ir para o Ministério Público, entendeu? Eu quero deixar publicamente isso aqui. Todo o trabalho que



you made, you and your staff, must be referred to the Ministry of Public. I want to leave it clear, is it good?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Antes de atender questão de ordem de V.Exa., é só olhar que o Deputado Rogério Silva se retira deste plenário e nos deixa completamente envergonhados. Porque eu não entendo. Me desculpem. Não quero me estender com uma verdade que possa ser minha quando ela não possa ser de mais ninguém. Eu entendo que esse Deputado trabalhou arduamente, com seriedade, não se incluiu em nenhuma dessas boatarias, que foi constante nesta Comissão, acerca de idoneidade, que foi muitas vezes, muitas vezes defendido por vários Parlamentares. E não basta bater palma. Não basta também dirigir palavras bravas a alguém que trabalhou com seriedade, com idoneidade. Porque tivemos momentos aqui nesta sessão que poderíamos ter aprovado uma sessão deliberativa para aprovar os requerimentos desse Deputado, como foi feito com vários Parlamentares aqui. Agora, quando se chega ao final do trabalho da CPI, aí uma palavra de conforto a um herói que se retira, sinceramente, eu, eu classificaria, e não cabe a mim na Mesa fazer isso, mas eu vou fazer pela dignidade política que tenho. É uma hipocrisia. Me desculpe. Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidente, diante do colocado pelo nobre colega Rogério Silva, já que a *pizza* está indo para o forno, é melhor marcar só o dia de comer a *pizza*. Não devemos mais perder tempo aqui. Acho que a sessão de hoje V.Exa. devia suspender, já que ele retirou o requerimento. E a de manhã, na abertura da sessão, amanhã, vamos deliberar se a gente vai ter ou não a sessão. Acho que é perda de tempo. A *pizza* já está pronta. Vamos só colocar dentro do forno. Marca a hora do forno, que vai ser quinta-feira, e mete a *pizza* lá. É isso que nós estamos sentindo isso aqui. Eu também estou me sentindo indignado. Estou me sentindo que também trabalhei para poder levantar tudo aquilo que tinha que levantar, e nós estamos vendo que está indo em *pizza*.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, nobre Presidenta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A PETROBRAS até agora não entregou a documentação...



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, nobre Presidenta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - ... que se comprometeu ontem a entregar. Nós estamos aqui fazendo papel de bobos, de bobos. Nós, que estamos trabalhando, estamos fazendo papel de bobos. Essa que é a realidade. A *pizzaria* já foi aberta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, eu discordo também do posicionamento do Deputado Eduardo Cunha. Eu acho que não terminou nada em *pizza*. Por uma questão de *quorum*, não se deliberou, mas tem a sessão de amanhã, tem as outras sessões. E nós devemos conversar, esfriar a cabeça. Eu acho que tem ainda muita coisa para fazer. Não se resolvem as coisas dessa maneira. Eu acho que é uma forma errada de se dirigir perante os companheiros. Eu acho que nós temos que conversar, nós temos que ouvir e voltar para a sessão deliberativa, ouvir as pessoas que foram convocadas. É uma falta de respeito, é um desrespeito com quem vem de longe para ser ouvido. Isso é ruim para a CPI. Amanhã ele chega aqui com um mandato, um *habeas corpus* aqui, fica ruim para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Então acho que a gente tem que esfriar a cabeça e ouvir, voltar para a sessão deliberativa e ouvir as pessoas que foram convocadas hoje. Amanhã a gente ver o que pode fazer na questão, se vai se deliberar ou não.

(Não identificado) - Pela ordem. Só quero aqui deixar o meu posicionamento, que é parecido com o do companheiro Eduardo, pois deixamos 2 auditores no Rio para fiscalizar a documentação da PETROBRAS, que ficou de entregar até 18h e até o determinado momento não entregou a documentação a que foi combinado a entrega. Então realmente essa CPI perde, perde muito pela documentação que ainda não chegou. O que a gente viu ainda há pouco é um absurdo; o companheiro Rogério sai daqui indignado e a gente fica numa situação realmente constrangedora. E ao mesmo tempo, como falei aqui anteriormente dou apoio novamente ao companheiro Rogério, que tem mesmo que dar entrada no Ministério Público e pode ter certeza, que mesmo com as poucas documentações que chegaram da PETROBRAS, vão fazer o possível para levantar toda irregularidade que já existe naquela empresa, aí sim, dar entrada diretamente no



Ministério Público e a gente aqui dentro, importante ser dito isso, temos voz. Temos voz não somente nesta Comissão, mas no plenário também. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Mais algum Deputado, deseja fazer uso da palavra? Deputado José Carlos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sra. Presidenta, eu assisto isso aqui com muita seriedade e vejo que nós começamos a CPI, prorrogamos a CPI, e faltando 2 ou 3 dias para acabar a CPI, não conseguimos ainda nem vislumbrar parte do relatório e todo mundo com a enxurrada de requerimentos de empresas, quebrar sigilo bancário de 52 empresas. Se essa CPI for prorrogada com pauta específica, com requerimento de pauta específica para poder concluir o relatório e essas coisas que estão aí todas para serem cumpridas, muito bem. Senão, não vamos ter nem relatório nem ouvir ninguém. Isso é que estou vendo. Porque nós já saímos daqui 2, 3 horas da manhã e não conseguimos nada. Até agora, o que nós estamos recebendo aqui é... Quando trouxemos para cá, aqueles que são tidos no Brasil inteiro como fraudadores, como Senadores, como essas coisas todas que tem por aí, eles conseguem da Justiça um salvo conduto para vir a esta Casa. Faltando 72 horas para fazer um relatório, que nós vamos vir, quebrar o sigilo bancário de 52 empresas, 92 empresas e ouvir mais 20, 30 pessoas, não querem acabar, aí não querem acabar, não querem *pizza* não, querem uma *pizzaria* inteira. E eu não concordo com isso. Acho que todos trabalharam sério, ao seu modo, alguns foram assíduos do primeiro dia até hoje, outros por pouco tempo, mas todos deram a sua contribuição, todos deram a sua contribuição e nós esperamos isso. Agora, vamos trabalhar com o que nós temos, porque nós sabemos que a esta altura, se formos ouvir, quebrar sigilo bancário de 52 empresas, isso não vai chegar nunca para essa CPI. Era o que queria colocar, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Olha só, quero deixar aqui bem claro para cada companheiro. Há 3 anos que venho trabalhando por essa CPI. Há 3 anos, desde a Legislatura passada, a partir de 30 morte no Rio de Janeiro, mais a do procurador, a gente vem fazendo pesquisa, organizando, trabalhando. Eu quero



dizer para vocês: eu, como autor do requerimento, se hoje me disserem... porque eu acho engraçado isso. hoje foi a primeira vez que fui para o plenário e fez algumas perguntas em cima de coisas concretas. Esse setor não tem segredo. Todo mundo sabe quem é quem. Todo mundo sabe quem é quem nesse setor. Não tem santo. Vamos parar com esse negócio. Esse setor, depois da quebra do monopólio, do descontrolado, aí que descontrolou mesmo. Então quero dizer o seguinte. Acho que nós estamos... O papel do Parlamento nós vamos. Vamos fazer toda modificação do processo da lei, toda ela. Não vamos ficar aqui... Eu vou repetir o que falei ontem na PETROBRAS, não é no almoço não, é na reunião e que gostaria que vários Deputados estivessem, uns não puderam ir, mas eu estive presente, que foi marcado, a Comissão pediu para marcar e nós marcamos às 2 horas. O grande usa o médio, o médio usa o pequeno. E assim é uma roda. Então não vamos nós aqui, as empresas que estão sendo investigadas já estão no Ministério Público e todos os setores estão no Ministério Público. Quero dizer para cada um de vocês, quero deixar bem claro, nós tínhamos um acordo aqui nesta Comissão, um acordo que foi criado, que era nessa semana nós íamos ouvir o álcool, e o solvente, pronto, ponto final. Se há uma outra discussão, outro processo, nós teríamos que sentar e fazer um acordo, nada aqui nós, sempre fizemos um acordo em todas as discussões. Quero inclinar para a Presidenta. Não tem clima para ouvir ninguém. Hoje não tem clima para ouvir ninguém, eu quero dizer. Eu, Carlos Santana, peço desculpa as pessoas que foram convocadas para estar aqui. Não tem clima. Da forma como, o acordo que foi feito foi quebrado. Foi quebrado o acordo. O acordo era esse. Temos de discutir o álcool e íamos discutir o solvente. Se amanhã no final da audiência, chegar e dizer: tem uma necessidade de nós ampliarmos... Porque as discussões dos 2 setores... Ninguém seria doido, faríamos outro acordo. Só que tem um acordo que foi feito. Esse acordo foi quebrado. Se na Casa, que eu estou há 12 anos na Casa, eu acho que acordo sempre é para ser cumprido. Então acho que um acordo foi quebrado, é um prejuízo enorme a todos os companheiros que se debruçaram sobre a matéria, que fizeram o trabalho de investigação, que não era nenhum papel dele, que não é o papel do Parlamentar fazer papel de investigação. Mas companheiros foram lá, fizeram diligência, foram a empresas trouxeram materiais, viajaram, abriram mão de suas coisas. Então quero deixar, Sra. Presidenta, que não



há clima. Eu acho que somos Parlamentares, temos uma responsabilidade com nosso mandato. É como fazer como a Andreia falou, tem que sentar, achar um acordo, é isso. Na Casa quando o João Paulo... Quantas vezes fez isso? Tem que haver um acordo de encaminhamento da reunião, que não dá. Nós estamos trabalhando. Quando começamos a discutir o álcool, por isso que quero frisar para vocês. O álcool está bem claro. Quando fiz uma pergunta que 30%, e depois o Rogério foi mais 35%, hoje é de sonegação, é de sonegação sim. Não fomos nós. Agora nós vamos fazer uma legislação que vai proibir essa sonegação, nós vamos fazer uma legislação que vai proibir essa sonegação; isso nós vamos trabalhar. Ninguém. Só se a Casa não quiser votar. Se a Casa não quiser votar é outra situação. Mas que tem que estar apontada a unificação dos tributos, um código nacional então só quero terminar isso, não há condições. Quero pedir desculpa em público, em público, estávamos agendados até às 21 horas que seria a última sessão nossa. Não tem condições, a Casa é democrática os Parlamentares têm todos direito de falar. Agora não temos condições nenhuma de dar acompanhamento, e amanhã é outro dia, vamos ver o que fazemos no outro dia. Vamos todo mundo dormir, outros não vão dormir, entendeu? Vamos tentar dar uma discutida, trabalhar para ver que acordo se faz para darmos continuidade pelo menos até quinta-feira, no dia da leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Concordo em gênero, número e grau com o nobre Deputado Carlos Santana, até porque tínhamos realmente deixado as 2 agendas para discutir o solvente e o álcool. Até porque a gasolina já tínhamos chegado a um denominador comum. Cada um fez os seus trabalhos, as suas pesquisas, debruçamos. Eu e mais os Deputados que ali estiveram conosco já conhecemos o quartel da gasolina, sabemos das grandes empresas que formaram o quartel em nosso País. Isso tudo já está. E a questão de solvente, que foi sempre importado com nota fiscal, porque a mercadoria não chegou; da questão do álcool, que sai daqui com caminhão e o outro caminhão tem que ser sem nota. Então, essas coisas todas nós já sabemos. Já vivenciamos o dia inteiro. O que achei que foi



ruim para nós, hoje, é não ouvirmos as pessoas que convocamos. Mas como do adiantado da hora, também concordo com a Presidenta que devemos encerrar a sessão, para que amanhã possamos reunir, sentar e debruçar sobre esta questão, a fim de concluir este trabalho que é de extrema importância.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Srs. Parlamentares, lamentamos profundamente que o desenrolar dos trabalhos da CPI se dê dessa maneira. Com certeza o prejuízo será, sem sombra de dúvida, para o próprio andamento da CPI. Esperamos que possa se recuperar no decorrer desses últimos dias. Quero pedir, em nome da Comissão, ao Sr. Otávio Junqueira Motta Luiz, Presidente da Usina Açucareira Guaira, desculpas pelos desentendimentos causados, constrangedores, contratempos que inviabilizaram o depoimento do senhor, que aqui compareceu com tanta acuidade. Digo que esperamos que a CPI chegue ao final com a responsabilidade que lhe cabe. Colocar para a opinião pública que iria aprofundar na questão da sonegação, da adulteração, da indústria de liminares, das mortes e de todos os procedimentos que envolveram esse setor com tanta criminalidade, com tanto abuso e com tanta corrupção. É uma responsabilidade que esta CPI tem e não pode abrir mão. Tanto quanto posso, tenho a certeza de que os outros Parlamentares também contribuiram. O Deputado Mendes Thame, que não é da Comissão, encontra-se presente, brilhante Parlamentar, assim como o Deputado Padilha, Deputado André, Deputado Magalhães. Não posso deixar de registrar, e gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa o meu constrangimento pessoal pelo andamento dos trabalhos no dia de hoje.

Antes de encerrar, gostaria de convocar a sessão para amanhã, às 10h, a fim de que pudéssemos dar andamento aos trabalhos. Obrigada. Está encerrada a reunião.